



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PAULA MÔNICA MAIA PERDIGÃO

**A IDEOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE NOS MARCOS DO CAPITALISMO E
SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DE ESTUDOS DO TURISMO**

OURO PRETO

2019

PAULA MÔNICA MAIA PERDIGÃO

**A IDEOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE NOS MARCOS DO CAPITALISMO E
SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DE ESTUDOS DO TURISMO**

Monografia apresentada para compor a avaliação final do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni

OURO PRETO

2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P433i Perdigao, Paula Monica Maia .
A ideologia da sustentabilidade nos marcos do capitalismo e seus
desdobramentos no campo de estudos do Turismo. [manuscrito] / Paula Monica
Maia Perdigao. - 2019.
58 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de
Direito, Turismo e Museologia.

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 3. Sustentabilidade e meio ambiente. 4.
Turismo. I. Martoni, Rodrigo Meira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB:1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULA MÔNICA MAIA PERDIGÃO

A IDEOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE NOS MARCOS DO CAPITALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DE ESTUDOS DO TURISMO

Membros da banca

RODRIGO MEIRA MARTONI - PROF. DR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - ORIENTADOR
KERLEY DOS SANTOS ALVES - PROFA. DRA. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.
BRUNO BEDIM - PROF. DR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

Versão final

Aprovado em 12 de Dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a) RODRIGO MEIRA MARTONI



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Meira Martoni, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2019, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029556** e o código CRC **4A2B5114**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204172/2019-66

SEI nº 0029556

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135591447 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Outro ciclo se encerra e dedico, em especial, mais esta conquista à minha amada mãe Mônica, que sempre me ofereceu amor e apoio incondicionais, especialmente por ter se mantido forte, paciente e corajosa em todas as adversidades enfrentadas ao longo destes anos.

Gratidão infinita aos meus irmãos Jaine e Jader pelo amor, pela motivação, pelas sábias palavras nos momentos mais difíceis e por terem acreditado em mim.

Agradeço aos meus familiares (padrinhos Márcia e Francisco, tia Maria e minhas primas Ângela, Berenice e Maria Lúcia – agradecimento extensivo à querida Isis) pelo carinho, pelo apoio a cada escolha, pelas preocupações e pelos sábios conselhos. Enfim, por todo o incentivo que me deram durante esta trajetória.

Grata aos queridos amigos do curso de Turismo que acompanharam esta caminhada de perto e com quem partilhei minhas alegrias, tristezas, decepções e realizações. Agradeço pelo apoio, pela compreensão, pelas palavras de conforto que foram essenciais em tantos momentos, por toda a motivação que me deram para que eu pudesse seguir adiante e especialmente por terem acreditado em mim quando muitas vezes duvidei. Aprendi muito com cada uma de vocês: Lorreny Pedrosa, Alyne Aleixo, Livia Maria, Flávia Silva, Carlaine Xavier, Camila Mota, Raíssa Dias, Larissa Battaglini e Alessandra Souza – e por último, mas não menos importante, levo em minha memória a turma do 16.2, meu período de coração.

Dedico um agradecimento especial ao Professor Rodrigo Meira Martoni, que marcou toda a minha trajetória. Sou-lhe grata pelo incentivo, ajuda, paciência, aprendizado, empatia, disposição, conselhos, disponibilidade e grande confiança que sempre depositou em mim ao longo dos trabalhos que desenvolvemos.

Agradeço também, com muito carinho, aos(as) Professores(as) Kerley Alves, Bruno Bedim, Alissandra Carvalho e Carolina Lescura por todos os ensinamentos e por terem marcado positivamente a minha caminhada. Cada um de vocês me transformou de maneira profunda. Gratidão, ainda, à UFOP e a Ouro Preto, que me proporcionaram momentos inesquecíveis e oportunidades diversas durante todos estes anos.

Enfim, foram muitas lutas, alegrias, vitórias, perdas, medos, choros e desconfianças. Neste percurso, errei várias vezes, aprendi, ensinei, cresci, me transformei, sorri, chorei, caí, me levantei, tentei novamente e posso dizer que encerro mais esta etapa com orgulho. Foram várias conquistas, assim como mudanças, e acredito que adquiri um pouco de sabedoria – ou não – no decorrer destes anos, mas acima de tudo me sinto feliz por cada escolha feita e por ter aproveitado ao máximo todas as experiências.

RESUMO

O uso descomedido dos recursos naturais é um fato marcante das últimas décadas, expresso pela tendência à minimização das taxas de utilização das mercadorias como fomento à majoração da produção e do consumo. Seus desdobramentos concretizam-se em tragédias ambientais, doenças e mortes. Diante disso, as Nações Unidas passam a promover conferências mundiais em busca de diretrizes voltadas para o “bem comum”, na medida em que repensar a relação homem/natureza passou a ser algo crucial, dados os riscos de incidência de outras ameaças provenientes da intensificação do desenvolvimento produtivo, iniciando-se, assim, a busca pelo sustentável. O objetivo principal desta pesquisa é analisar na teoria e na prática o discurso da sustentabilidade, assim como tecer reflexões acerca disso no campo de estudos do turismo. O trabalho se justifica no sentido não somente de lançar luz em um tema amplamente absorvido e disseminado sem que se saibam seus reais vínculos ideológicos e políticos, mas também de teorizar a prática real das relações socioprodutivas contemporâneas. As coletas de informações foram realizadas a partir de pesquisa bibliográfica; portanto, os dados foram tratados de maneira qualitativa. Uma vez feitas as discussões, evidencia-se que qualquer análise ou conceito apartado da economia política atual tende a ficar no campo do ideal e é justamente isso que se verifica na teoria e na prática da sustentabilidade, bem como no campo do turismo. Sua sustentação teórica é frágil e está posta conforme certos interesses de classe (e suas frações), ao mesmo tempo que sua prática é fragmentada e limitada.

Palavras-chave: Capital. Teorias socioambientais. Sustentabilidade. Turismo.

ABSTRACT

The unmeasured use of natural resources is a remarkable factor in recent decades, and it is expressed by the tendency to minimize the rates of goods' use as a promotion for increasing production and consumption. Its development results in environmental tragedies, diseases and deaths. Considering this, the United Nations started promoting global conferences in order to search for guidelines in name of the "common good", to the extent that rethinking the relationship between man and nature has become crucial due to the given risks of other threats arising from the productive development's reinforcement, that is the reason why the search for a more sustainable way of living began. The main research's goal is to analyze in a theoretical and practical way about the sustainability's speech, as well as develop discussions about this topic in the tourism studies field. This survey is justified not only in the sense of shedding light on a widely absorbed and disseminated theme without knowing its ideological and political ties, but also to theorize the real practice of contemporary socioproductive relations. The information collections were performed through a bibliographic research, thus, the data will be analyzed in a qualitative way. After having the discussions it's got blatant that any analysis or concept apart from the current political economy tends to stay in ideal conceptions, and that is exactly what we verify with the theory and practice of the sustainability, as well in the tourism field. Its theoretical support is fragile and it also happens according to the interests of certain people's groups (and their fractions), and at the same time its practice has a piecemeal and fragile approach

Keywords: Capital. Socioenvironmental Theories. Sustainability. Tourism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 NOTAS ACERCA DOS ESTÁGIOS DA VIDA SOCIAL	13
2.1 Reflexões introdutórias acerca do ser social.....	13
2.1.1 Referenciais introdutórios acerca da forma de sociabilidade capitalista em seu estágio imperialista e fase neoliberal	19
3 SUSTENTABILIDADE EM FOCO	27
3.1 Teorias socioambientais: neoclássica (ambiental) e ecológica.....	27
3.1.1 Os conceitos de “sustentabilidade”	30
3.1.1.1 A prática da “sustentabilidade”	37
4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	46
4.1 De conceitos a reflexões acerca da prática do turismo.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

As transformações dos processos produtivos ao longo dos diferentes estágios da vida do ser social ocorreram à partir das modificações da vida material e consequentemente de suas configurações sociais. Esses acontecimentos se ligam diretamente à produção da vida material e imaterial a partir do desenvolvimento do trabalho, uma vez que é nesse principal elemento que se funda a sobrevivência da sociedade. As quedas e ascensões de regimes diversos ao longo do tempo demonstraram as modificações nas relações sociais e de produção, onde já havia imposições de domínios: no feudalismo através dos estamentos e a posteriori no capitalismo através das classes sociais. Essas configurações ocorreram a partir de grupos que visavam moldar a política e a economia em benefício próprio.

Isso demonstra que o homem se modifica à partir de seu contexto material e imaterial, seja nas relações sociais, de produção e/ou através da manipulação dos aparelhos ideológicos de Estado. Essas questões são visíveis em vários estágios de desenvolvimento do ser social, desde o nomadismo até a economia política atual em sua fase neoliberal, demonstrando que o domínio do ser humano sobre a natureza aumentou consideravelmente, o que acabou por gerar diversas consequências provenientes dessas ações. Em especial, é possível ver isso no século XX, que foi marcado pelo decréscimo das taxas de utilização das mercadorias no mercado, dando origem à elevada produção e consumo e a um grande desequilíbrio ambiental.

Deste modo, a temática da sustentabilidade entra em voga, se tornando crucial principalmente nas últimas décadas devido as contínuas mudanças no contexto da produção material e imaterial da vida social dominante, pois seus desdobramentos geraram crises de todos os tipos: tragédias ambientais, doenças, mortes, miséria, aumento da desigualdade, explorações etc. Diante destes acontecimentos, as Nações Unidas passam a promover conferências mundiais em busca de diretrizes voltadas para o “bem comum”, na medida em que repensar a relação homem/natureza passou a ser algo crucial dado os riscos de incidência de outras ameaças provenientes da intensificação do desenvolvimento produtivo.

Entretanto, é necessário levantar os seguintes questionamentos: é possível mesmo existir desenvolvimento sustentável quando se tem uma lógica mercadológica voltada para a obtenção exacerbada de lucros em todas as dimensões? Como isso ocorre também no campo de estudos do turismo?

Este trabalho é de grande relevância não somente no sentido de lançar luz em um tema, o da sustentabilidade, amplamente absorvido e disseminado sem que se saiba seus reais vínculos ideológicos e políticos, mas, também para teorizar a prática real das relações

socioprodutivas contemporâneas. Consideramos que a realidade social em sua totalidade é um desdobramento causal de uma dinâmica produtiva-distributiva e de reprodução social, mediações essas que operam independentemente do conhecimento que delas se tem e formatam uma forma dominante de sociabilidade: o capitalismo. Nesse sentido, evidenciamos que qualquer análise ou conceito apartado da economia política atual tende a ficar no campo do ideal.

Destarte, delineou-se os objetivos da pesquisa, sendo que o objetivo geral é analisar na teoria e na prática o discurso da sustentabilidade, além de tecer reflexões acerca disso no campo de estudos do turismo. Para se ter uma resposta mais ampla em relação ao objetivo geral traçou-se alguns objetivos específicos, sendo que em um primeiro momento se tem levantar os conceitos de sustentabilidade. Em seguida, analisar esses conceitos a partir da forma de produção material da vida social dominante, e por último refletir acerca de conceitos preconizados no campo de estudos do turismo levando em consideração a forma de produção material da vida social dominante.

Neste trabalho se utilizou o método da dialética do materialismo histórico a partir da concepção de Karl Marx e Friedrich Engels, que segundo Gil (2008, p. 13) foram os responsáveis por virarem a dialética de cabeça para baixo, ou seja, não a partir da concepção de Hegel, que fundamentava a dialética em sua natureza idealista - ideia que sobrepõe a matéria - mas sim a partir de bases materialistas (hegemonia da matéria sobre as ideias).

Para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios. (...) a estrutura econômica (ou infraestrutura) é a base sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem determinadas formas de consciência social ou ideológica. O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. (...) ao adotar o materialismo histórico passa-se a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção de determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, econômicas etc) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados (GIL, 2008, p. 22-23 apud MARX & ENGELS)

A partir do referencial de método marxiano, procedemos as descrições para explicações contextualizadas. Isso corrobora com a colocação de Gil (2008) de que as pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre as variáveis (ser social, trabalho, capital, sustentabilidade, política, ideologia, economia), mas se busca também por entender essas relações, ou seja, análises acerca de hipóteses causais entre essas. No que tange as pesquisas explicativas Gil (2008, p. 28) ressalta:

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Em relação a metodologia as coletas de informações foram realizadas a partir de pesquisa bibliográfica, ou seja, através de fichamentos e resumos dos referenciais teóricos com base nas seguintes fontes: livros, artigos, tese de mestrado, escrita eletrônica disponível na internet, dentre outros. Gil (2008, p. 50-51) aponta as vantagens e desvantagens deste tipo de pesquisa.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (...) também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (...) Entretanto, muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores (...) utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente.

Deste modo, este trabalho se fundamentou nas teorias e pressupostos de autores que são importantes para as áreas aqui estudadas. Os principais conceitos analisados foram: evolução do ser social englobando o desenvolvimento de estágios diferentes da vida material e imaterial, o trabalho, os interesses de classes, o desenvolvimento do processo produtivo, os antagonismos gerados pelo capital, os conceitos de sustentabilidade, os aparelhos ideológicos de Estado, o turismo, dentre outros. Os autores prevaletentes dessa pesquisa foram: Althusser (1992); Brundtland – Comissão (1987); Dias (2003); Gomes (2014); Irving (2008); Marx & Engels (1989); Mészáros (2002); Nascimento (2012); Netto & Braz (2009); Sachs (1993); Souza (2000) e Zaoual (2008).

As investigações foram feitas através da correlação das discussões à partir do referencial teórico com o intuito de corroborar ou refutar o discurso da sustentabilidade na prática, tecendo também reflexões acerca disso no campo de estudos do turismo. Portanto, os dados foram tratados de maneira qualitativa de modo a expor as análises dos conceitos e das ideias dos autores levando em consideração a realidade prática, ou seja, a produção material da vida social dominante.

O primeiro capítulo apresenta um panorama histórico, de modo a tecer breves notas acerca do desenvolvimento do homem (ser social) a partir da produção de seu modo de vida inerentemente material. Deste modo, discorre-se acerca do desenvolvimento da vida em

sociedade a partir das configurações do trabalho e das imposições de classes sobre outras em diferentes estágios históricos. Assim, se retrata também as quedas e reconfigurações de regimes até se chegar à economia política atual, ou seja, a produção material da vida social dominante.

No segundo capítulo descreve-se as teorias socioambientais em suas vertentes opostas: a Economia Ambiental (formulada a partir da Economia Neoclássica) e a Economia Ecológica. Em seguida trata-se à respeito do surgimento de outros conceitos de sustentabilidade com base em conferências mundiais e teorias preconizadas por alguns autores. A posteriori são feitas discussões de modo a apontar as fragilidades dos conceitos de sustentabilidade estabelecendo assim argumentos quanto a sua utilização na prática. Portanto, este capítulo busca demonstrar a possível existência de fragilidades e contradições do desenvolvimento sustentável quando o mesmo ocorre nos marcos do capitalismo.

No último capítulo se salienta que para além dos discursos e da análise prática acerca da sustentabilidade é importante entender como isso se desenvolve no turismo, pois esse fenômeno não pode ser considerado como algo fora do contexto da produção material e imaterial da vida social dominante. O turismo está posto para produzir mais-valor, então a dimensão social é necessariamente desequilibrada, assim como pode ser a ecológica naqueles espaços ou realidades que contém elementos interessantes ao capital. Além disso, esse recebe influências diretas das reconfigurações mercadológicas, e influi sobre diversos setores, seja no âmbito econômico, cultural, ambiental e/ou social. Deste modo, a partir da análise de conceitos preconizados no campo de estudos do turismo será possível refletir acerca do desenvolvimento desse fenômeno levando em consideração o sistema vigente.

2 NOTAS ACERCA DOS ESTÁGIOS DA VIDA SOCIAL

2.1 Reflexões introdutórias acerca do ser social

No nomadismo, o homem migrava de um lugar para o outro em busca de territórios propícios para a sua sobrevivência. Assim, a necessidade de alimentos, água e climas mais favoráveis o levou a conhecer e alterar o seu entorno. Nesse momento, pode-se dizer que havia “divisões de trabalho” entre os membros desses povos primitivos, ainda que de forma incipiente e inconsciente.

De acordo com Marx e Engels (1989), os homens primitivos passaram a se distinguir dos animais tão logo começaram a produzir os seus meios de vida, pois, ao produzi-los, produzem indiretamente a sua própria vida material. Cabe destacar que, nesse período, “as relações eram de cooperação e ajuda mútua, os produtos do trabalho eram desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropriava do fruto do trabalho alheio” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 59).

Segundo Netto e Braz (2009, p. 34), “foi através do trabalho de grupos de primatas que surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social”. Os autores afirmam, ainda, que o trabalho é sempre atividade coletiva e que, portanto, jamais poderá surgir e se desenvolver como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. Para eles, esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará social.

Assim, as configurações sociais se estabelecem através das relações de trabalho entre seus membros, caracterizando um metabolismo entre sociedade e natureza.

A sociedade não pode existir sem a natureza. Afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza. O que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. Vale dizer: modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material de existência nas quais vivem os homens (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35).

Conforme explicam os autores, a relação entre homem e natureza foi se modificando com o passar do tempo, estando essa transformação diretamente ligada à “evolução” e ao

domínio do ser humano sobre o meio. Esse domínio garante a sobrevivência da sociedade, uma vez que os seus membros se utilizam de recursos naturais para suprir as suas necessidades. Além disso, as relações sociais entre eles se configuram e se modificam a partir de estágios diferentes de “desenvolvimento” da vida material e imaterial, gerando assim diversas formas de propriedades.

Para Marx e Engels (1989), houve três formas de propriedade antes do surgimento do modo de produção capitalista, sendo elas a propriedade tribal, a propriedade comunal e estatal, e a propriedade feudal. Segundo os autores, a propriedade tribal corresponde à fase não desenvolvida da produção, em que o povo se alimenta da caça, da pesca, da criação de gado e, algumas vezes, da agricultura. Nesse momento, a divisão do trabalho está ainda pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão que existe naturalmente no seio da família. No ponto mais alto da hierarquia, estavam os chefes patriarcais da tribo. Abaixo deles, os membros da tribo e, finalmente, os escravos.

Por sua vez, a segunda forma de propriedade se encontra na Antiguidade. Ela provém, sobretudo, da reunião de muitas tribos para formar uma cidade (por contrato ou por conquista), na qual subsiste a escravidão.

Esta é a propriedade privada coletiva dos cidadãos ativos que, em face dos escravos, são obrigados a permanecer neste modo de associação surgido naturalmente. Eis porque toda a estrutura social baseada nesta propriedade coletiva, e com ela o poder do povo no mesmo grau, decaem na medida em que se desenvolve a propriedade privada imóvel. A divisão do trabalho já é mais desenvolvida. Encontramos já a oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam os interesses das cidades e os que representam os interesses do campo; e encontramos no interior das próprias cidades a oposição entre o comércio marítimo e a indústria. As relações de classes entre cidadãos e escravos estão agora completamente desenvolvidas (MARX; ENGELS, 1989, p. 30-31).

Acompanhando esta sequência, a terceira forma de propriedade é proveniente do feudalismo e tem suas origens nas conquistas romanas e na expansão da agricultura. Com o declínio do Império Romano, a destruição de suas forças produtivas e o modo de organização da conquista desse Império fizeram com que se desenvolvesse a propriedade feudal. Para Marx e Engels (1989), assim como a propriedade tribal e comunal, esse terceiro tipo de propriedade também está baseado numa comunidade em face da qual não são mais os escravos, mas os pequenos camponeses servos da gleba, que constituem a classe diretamente produtora.

Desse modo, a estrutura hierárquica – baseada na posse da terra e na vassalagem armada – dava à nobreza o poder sobre os servos. Nessa época, identifica-se que a sociedade estava configurada da seguinte forma: a terra era do senhor feudal, que subordinava os

produtores diretos. A propriedade principal é a terra, sendo a riqueza imobiliária o elemento fundador da estrutura social, estando de um lado os senhores e, de outro, os servos. Desse modo, Marx e Engels (1989) consideram que, no apogeu do feudalismo, houve uma pequena divisão do trabalho ligada à estrutura estamental.

Os autores ainda ressaltam que, nessa sociedade, a propriedade existia através da realização do trabalho de cada indivíduo, mas as condições a que eram submetidos os servos pela nobreza os levaram a se unir contra ela. Dessa forma, grande parte fugiu para as cidades e, nesse contexto, deu-se origem às corporações de ofício.

A partir daí, podem-se constatar algumas mudanças nas configurações do trabalho, que mais tarde levariam ao surgimento do capitalismo. De acordo com Netto e Braz (2009), o surgimento desse modo de produção teve como condições básicas um alto grau no desenvolvimento da produção de mercadorias e um correspondente aumento do papel do dinheiro nas trocas. Para os autores, essas condições são localizáveis no interior do feudalismo, ainda que se baseassem numa produção mercantil mais simples. Nesse sentido, cabe destacar que o sistema feudal era voltado para a troca de mercadorias e só depois o dinheiro começou a fazer parte dessa relação. Portanto, à medida que esse sistema se estruturava, destacava-se a manifestação de interesses por parte de outro grupo.

Os comerciantes/mercadores, no interior da sociedade feudal, foram se tornando protagonistas econômicos importantes. Seus interesses chocavam-se com os da nobreza feudal, mas, nos primeiros momentos de constituição do estado absolutista, [...] essa contradição subordinou-se àquela que antagonizava nobres e servos. Uma vez derrotados os servos, a contradição entre os grandes grupos mercantis (dos quais emergia a nova classe burguesa) e a nobreza ganhou o primeiro plano da vida social. O Estado absolutista que, no entretempo, servira também aos interesses da burguesia nascente, agora se transforma – como expressão maior das relações sociais próprias à feudalidade – em obstáculo para o desenvolvimento burguês (NETTO; BRAZ, 2009, p. 74).

Verifica-se que a burguesia começou a encontrar determinados entraves de desenvolvimento no sistema feudal e, a posteriori, no estado absolutista devido às contradições e barreiras impostas pelos interesses de grupos divergentes, em que cada qual tentava impor os seus domínios. No entanto, ela já exercia um papel preponderante na economia e intencionava adquirir maior “liberdade” econômica, política e jurídica. Assim, essa classe foi a responsável por lapidar e alastrar os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” que foram absorvidos pela grande massa que naquele momento vivia em condições de miséria.

Dessa maneira, a burguesia moldou um território propício à sua ascensão, uma vez que a plebe se encontrava completamente insatisfeita com os desmandos do sistema absolutista.

Os seus ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” foram preconizados para atender aos seus interesses de classe. Porém, à medida que a vida material e imaterial se desenvolvia, a grande massa que já fazia parte desse sistema também passou a absorver e apoiar esses princípios, culminando assim na Revolução Francesa. A revolução provou que a ascensão de uma classe sobre outra demonstra que “as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias” (MARX; ENGELS, 1989, p. 72).

E naquele momento, de fato, para a burguesia era necessário alcançar os ideais de aquisição da “liberdade” para moldar a economia, a política e o campo jurídico ao seu bel prazer. Ao mesmo tempo, a vida material e imaterial caminhava diretamente ao encontro desses ideais. Depois da tomada do poder de Estado pela burguesia, o trabalho passa a ter outras configurações.

Nesse contexto, observa-se as transformações do trabalho, pois, após a ascensão burguesa, desenvolve-se efetivamente a forma de produção material da vida social dominante (capitalismo) e a sua concretude se dá, em primeira instância, na Revolução Industrial.

A Revolução Industrial surgiu na Inglaterra no séc. XVIII e expandiu-se pelo mundo a partir do séc. XIX. O seu intuito era promover um crescimento econômico e com isso uma melhor qualidade de vida para a população. De fato, a Revolução Industrial trouxe alguns benefícios sociais como o conforto, o aumento da esperança média de vida, a evolução dos meios de comunicação, transporte e alimentação. Porém, os meios utilizados para proporcionar estes benefícios apresentaram consequências devastadoras, como o consumo excessivo de recursos naturais, a poluição do ar, da água e do solo, além da concentração populacional e dos problemas sociais oriundos dela (PEREIRA, 2009, p. 116).

Não se negam os efeitos “positivos” da industrialização na vida social, mas observa-se que, enquanto se alargava o “desenvolvimento”, aumentava a crescente exploração dos recursos para suprir o que vai para além das necessidades. Ademais, a Revolução Industrial passou a gerar efeitos catastróficos ao meio ambiente à medida que se intensificava a exploração de seus recursos para a produção de mercadorias.

Nesse momento, as relações de trabalho que passam a vigorar com o desenvolvimento do modo de produção capitalista são marcadas pela extração da mais-valia, ou seja, pela extração do excedente da produção. Esse excedente é produzido a partir da exploração e intensificação do trabalho proletário e os seus lucros se concentram nas mãos do capitalista (detentor dos meios de produção). Em outras palavras, a produção é socializada, mas os seus lucros são privados.

É através disso que se estabelecem os antagonismos entre classes nesse sistema, uma vez que há divisão de interesses de grupos distintos que se caracterizam como “[...] os proprietários e os não proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 59-60).

Destarte, a produção da vida material passa a se configurar através da exploração do trabalho; portanto, quanto mais o capitalista se apropria dessa força, mais se acumulam os seus ganhos. Mas não é somente a partir da exploração do trabalho que se tem a produção de excedente. Isso também pode ser visto na intensificação da sua jornada, que tem no século XVIII um dos seus exemplos mais expressivos: exploração de homens, mulheres e crianças durante extensas horas laborais em condições degradantes.

O desenvolvimento das relações de trabalho, o estabelecimento dos antagonismos entre classes e as condições precárias da classe trabalhadora são desdobramentos advindos após a tomada do poder do Estado pela burguesia (Revolução Francesa). Esse período de desenvolvimento das configurações do trabalho se caracteriza pela chamada fase do capitalismo concorrencial, que teve seu início na segunda metade do século XVIII (logo após a Revolução Industrial) e perdurou até meados de 1890 (século XIX).

Nesse momento, de acordo com Netto e Braz (2009), não havia nenhuma garantia ao trabalhador, que se encontrava nas mãos dos seus patrões. Ademais, competia ao Estado atender aos interesses do capital.

O essencial das funções do Estado burguês restringia-se às tarefas repressivas: cabia-lhe assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista – a manutenção da propriedade privada e da “ordem pública”. Tratava-se do Estado reivindicado pela teoria liberal: um Estado com mínimas atribuições econômicas, mas isso não significa um Estado alheio à atividade econômica – pelo contrário: ao assegurar as condições externas para a acumulação capitalista, o Estado intervinha no exclusivo interesse do capital (e era exatamente essa a exigência liberal) (NETTO; BRAZ, 2009, p. 186-187).

Conforme o sistema ia se configurando, era possível verificar que, quanto maior a exploração do trabalho de terceiros por parte do capitalista, mais ele extraía lucros e, conseqüentemente, maior era a sua acumulação de riquezas. Para além disso, o próprio Estado seria um dos mecanismos responsáveis por configurar e respaldar essas questões, de maneira a resguardar os interesses do capital no modo de produção capitalista.

Verificou-se até aqui um emaranhado de transformações nas sociedades, que se referem às mudanças sociais, econômicas e políticas atreladas às configurações e reconfigurações da vida social dominante, e que se concretizam pela imposição dos interesses de classes. Isso é patente por acontecimentos diversos e pode envolver desde as formas de

exploração do trabalho para acumulação até saques e guerras. A evolução dessas interações – de subtração de muitos grupos sociais no e para o interesse de outros – tem como um dos desfechos a especialização dos processos produtivos.

Dessa maneira, torna-se imprescindível ressaltar que, de acordo com Marx e Engels (1989), há desde o início da formação do ser social “[...] uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão essa que é tão antiga quanto os próprios homens [...]”. Os autores ainda reiteram que

a história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa (MARX; ENGELS, 1989, p. 70).

Cada um desses processos sociais revela o desenvolvimento da vida material e imaterial em estágios diferentes. Portanto, até que se chegasse à formação do sistema capitalista como forma de sociabilidade dominante, ocorreu uma sucessão de fatos históricos, sociais, políticos e econômicos que, interligados, contribuíram para isso.

Esse sistema se configurou a partir das respostas dos homens a um conjunto de situações materiais e imateriais de desenvolvimento da vida social. Fica posto que não foi algo pensado, planejado e puramente advindo da consciência, pois seria como dizer que somente “[...] a crença de seu ato de pensar crítico levaria, fatalmente, à destruição do estado de coisas existente, como se a atividade pensante isolada fosse suficiente para alcançar esse resultado [...]” (MARX; ENGELS, 1989, p. 18). Para esses autores, é a vida que determina a consciência, sendo o pensar um comportamento que se constrói diretamente através do comportamento material. Logo, o que somos depende das condições materiais de produção.

Dessa maneira, pode-se constatar que, desde a origem das sociedades pré-capitalistas, o homem era um ser social, pois precisava se relacionar para sobreviver, e essa sobrevivência se dava através da extração e utilização dos recursos no seu entorno. Ao alcançar o estágio capitalista, essa extração foi se intensificando continuamente, de modo a produzir bens materiais para atender às demandas sociais e de mercado, gerando assim aumento na produção e no consumo.

Até esse estágio, ocorreu uma série de mudanças nas relações sociais, sendo sempre possível ver os interesses de determinados grupos se impondo sobre outros. Nesse momento, estabeleceram-se as classes sociais, divisões e intensificação do trabalho, e isso tem relação direta com as configurações da vida material através das transformações das forças

produtivas. Cabe destacar, portanto, que essas deram origem a diferentes modos de produção (condições materiais de produção), tais como o escravocrata, o feudal e o capitalista.

À medida que as condições foram se moldando e modificando a partir do “desenvolvimento” dessas forças, a vida social foi se reestruturando ao longo dos séculos. Portanto, o sistema socioprodutivo passou por diversas modificações, se configurou e se reconfigurou até chegar ao estágio imperialista e, a posteriori, à sua fase neoliberal.

2.1.1 Referenciais introdutórios acerca da forma de sociabilidade capitalista em seu estágio imperialista e fase neoliberal

O desenvolvimento e a intensificação das forças produtivas levaram o capitalismo a outros patamares de desenvolvimento. Junto a isso, tem-se que as suas formas de exploração do trabalho permaneceram e/ou se reconfiguraram na proporção em que se desenvolveu a vida material e imaterial. Cabe destacar que, em todas as suas fases de desenvolvimento, havia (há) a imposição de interesses de classes (ou frações de classes) sobre outras.

De acordo com Netto e Braz (2009, p. 182-183), o sistema capitalista é movido por transformações devido ao desenvolvimento de forças produtivas, e as suas contradições têm origem nas lutas de classes. Para os autores, esse sistema é produto não só dessas forças produtivas, mas também de alterações na economia, inovações tecnológicas e processos culturais que envolvem classes sociais; as interações entre esses processos alteram o desenvolvimento do capital.

É inegável a presença do capital e de suas configurações na vida social; ele se estabelece como uma forma de controle dos sujeitos ao passo que tende a “[...] comandar (ou, o que é o mesmo, subordinar, subsumir ou sujeitar) o processo de trabalho com o objetivo de extrair o máximo de excedente da atividade do trabalhador” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 124).

Nesse contexto, o trabalho é socializado entre a classe trabalhadora, porém os seus lucros são privados e se concentram nas mãos de um ou de grupos específicos de capitalistas. Essa lógica do sistema permanece no seu cerne.

Desse modo, segundo Mészáros (2002, p. 99), a razão de ser do sistema está na extração máxima do trabalho excedente dos produtores e o capital não conseguiria preencher as suas funções sociometabólicas (controle social) de qualquer outra maneira. O autor ainda aponta que o Estado é uma das instâncias de poder encarregadas de impor o controle sociometabólico, de modo que se mantenham as estruturas compatíveis ao jugo do capital e que, para ele continuar a se reproduzir, necessite ter esse aparato funcionando a seu favor.

Com base em Althusser (1992, p. 78), pode-se dizer assim que o Estado é um dos mecanismos utilizados para a “[...] reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista”. Ele ainda enfatiza que esse mesmo Estado é instrumento de dominação de uma classe sobre a outra e que não vem para suscitar questionamentos, mas para corroborar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão do capital.

Desse modo, os meios de domínio do capital se estendem além do trabalho e das suas forças produtivas. Tudo sob o seu jugo tende a ser absorvido da melhor forma para que ele continue se reproduzindo. Mészáros (2002) salienta que se trata de um sistema “totalitário”, que sujeita outras instâncias como saúde, educação, arte, indústria etc. Esse controle está sempre posto a favor dos mais fortes e contra os fracos, absorvendo aqueles que não se adaptam.

Ao longo do tempo, observa-se também que, para continuar a se reproduzir, o capital foi tomando outras formas, de modo a tentar sanar as contradições que se estabeleceram a partir dos seus próprios imperativos de produção. Uma das contradições veio a partir da reprodução simples, em que se verificou que os capitalistas que não aumentam ou se recusam a aumentar a escala dos seus negócios dão espaço para a concorrência, ou seja, perdem espaço e podem até mesmo deixar de existir.

Uma maneira de “resolver” essa contradição é apontada por Netto e Braz (2009) e se refere à conversão de mais-valia, que passa da reprodução simples para a reprodução ampliada. Segundo os autores, essa reprodução ampliada se refere à apropriação de uma quantidade maior de mais-valia, ou seja, o trabalho tem que ser intensificado de modo que o trabalhador produza mais. Deste modo, a exploração do trabalho acoplado ao uso de tecnologias levam a aumentos de produtividade e, espera-se, que a demanda cubra isso. Mas a crise no modo de produção capitalista é gerada, também, pela superprodução, ou seja, o não escoamento lucrativo de bens e serviços, uma oferta maior que demanda. Portanto, o próprio aumento na produção pode gerar contradições no sistema, uma vez que o consumo pode estar aquém, gerando assim consequências na acumulação do capital.

Quanto ao processo de acumulação, se ressalta que esse pode gerar outra “contradição”, considerada funcional ao próprio sistema. Netto e Braz (2009) apontam que os trabalhadores são prejudicados por essa acumulação, na qual parte deles não encontra compradores para a sua força de trabalho. Isso é propício para que os capitalistas possam pressionar os salários para baixo; ademais, eles próprios dispõem de mecanismos para forçar o desemprego estrutural (um exemplo se dá através do aumento da jornada de trabalho).

Esses desempregados são componentes necessários e constitutivos da dinâmica histórico-concreta do capitalismo. Isso ocorre porque o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho; dessa forma, parte desses trabalhadores se torna sobrando face às necessidades de acumulação (NETTO; BRAZ, 2009, p. 145-146).

A lógica desse sistema se utiliza de forças produtivas para se reproduzir de diversas formas com tendência a gerar mais acumulação de riquezas. Verifica-se que, quando isso não acontece, o próprio sistema pode forçar o desemprego estrutural ou outras situações para se “reequilibrar”, e as contradições a ele imanentes tendem a se reconfigurar para dar continuidade ao seu processo de absorção. Segundo Mészáros (2002), isso retrata a incontrollabilidade do capital, que visa sempre elevar o seu controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido.

Como já posto antes, as contradições são inerentes ao sistema capitalista e, à medida que a vida material e imaterial se configurava (configura), elas foram se ajustando às suas demandas. Outra configuração do capital advém do capitalismo concorrencial e se refere ao processo de centralização, em que empresas capitalistas se unem para não serem absorvidas pelo mercado. Essa união ocorre por haver uma concorrência alargada entre elas e pelo fato de somente as maiores terem condições de permanecer no sistema.

Isso deu origem aos monopólios, nos quais a junção dessas empresas passou a deter exclusivamente o controle da produção e comercialização de determinados produtos e serviços. Tal fato mostra claramente que, no sistema capitalista, não existe “livre concorrência” e “livre iniciativa”, uma vez que, de acordo com Netto e Braz (2009, p. 144), “[...] os progressos de acumulação corroem as bases das pequenas (e também das médias) empresas capitalistas” e “fazem com que apenas possuidores ou controladores de grandes massas de capital tenham vez na arena econômica”, o que justifica a origem dos monopólios.

Eles se constituíram no século XX, no denominado estágio imperialista, e de acordo com Lênin (apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 193), esse estágio se configura como a fase monopolista do capitalismo. Entre as características principais, os autores abordam a noção de oligarquia financeira, segundo a qual poucos grupos detêm o poder econômico e político de controlar o mercado, de modo a aumentar exponencialmente a concentração dos seus lucros.

Os autores ainda relatam que há outra característica que se refere à exportação de capitais, sendo o primeiro tipo o capital de empréstimo, que significa conceder empréstimos a outros países em troca de juros determinados. Trata-se de algo estratégico, uma vez que nunca será possível quitar essas dívidas externas; os países emergentes permanecem sempre como

devedores ao passo que os países desenvolvidos só lucram, até mesmo a partir da amortização de juros da própria dívida.

O outro se refere ao capital produtivo, ou seja, à implantação de indústrias em outros países. Isso era completamente cômodo para as grandes oligarquias financeiras, uma vez que poderiam gerir os seus empreendimentos, majoritariamente, em países emergentes, onde as regulações trabalhistas praticamente não existiam, sem falar na exploração do trabalho que é mais intensa, sempre em consonância com as condições precárias. Os países desenvolvidos exerceram (exercem) nos países emergentes a exploração de excedentes sem limites, gerando para si acumulação de riquezas, e ao revés, o que se tem nos países emergentes é o aumento da miséria, bem como a precarização do trabalho e as desigualdades acentuadas.

Isso corrobora o fato de que, “[...] no capitalismo, o resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza. Portanto, sua dinâmica resulta na polarização riqueza/pobreza” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 150).

Tudo isso aconteceu em favor dos interesses de países específicos que, durante a fase imperialista, partilharam o mundo, uma vez que a incontrollabilidade do capital leva a uma constante expansão para que se obtenha ao máximo a acumulação de capital produtivo. A partir desse momento, revela-se a crise no sistema, pois, sem mais territórios para expandir esse valor, onde capital é valor que sempre busca se valorizar e acumular, esses países entram em atrito para restabelecer o “equilíbrio”. Isso pode ocorrer através de guerras, que acabam por definir as posições das potências imperialistas, e desse modo se retoma o processo, mesmo que não se mantenham as mesmas configurações anteriores do capital. Além de serem um meio de consolidação das potências hegemônicas do capitalismo, as guerras podem chegar a ser até mesmo funcionais, já que também são uma maneira de “interromper” possíveis crises geradas pelas próprias contradições desse sistema.

Observa-se que, ao longo de toda a história, houve momentos de ascensão e prosperidade econômica do sistema capitalista, mas não há como desconsiderar que as suas contradições muitas vezes vieram acompanhadas de crises, o que demonstra a sua instabilidade. Desse modo, as crises são inerentes às contradições, sendo um meio que o próprio sistema tem de buscar o “reequilíbrio” de suas forças produtivas.

Mészáros (2002, caps. 15 e 16) aponta que “todas as contradições próprias ao modo de produção capitalista chegam ao auge no estágio imperialista e, na sua fase contemporânea, exibem o caráter destrutivo da produção capitalista, seja em face da própria sociedade, seja em face da natureza”. Nesse estágio, praticamente não se resolvem as contradições desse

modo de produção, que somente “[...] acentua a anarquia da produção e da concorrência, [...] além de aprofundar à escala mundial a socialização da produção e a apropriação privada do excedente” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 215).

O capital foi passando por diversas configurações ao longo desse estágio, que perdurou até a década de 1970 (século XX). Uma delas, em especial, foi denominada “hipertrofia do setor terciário”, caracterizada como um dos fenômenos voltados à “[...] tendência de mercantilizar todas as atividades humanas, submetendo-as à lógica do capital – com efeito, mediante os ‘serviços’, tomam caráter de mercadoria o trato da educação, da saúde, da cultura, do lazer [...]” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 214). Isso ocorre porque “[...] a classe dominante deve reproduzir as condições materiais, políticas e ideológicas de sua existência (existir é reproduzir-se)” (ALTHUSSER, 1992, p. 111).

Assim, tudo passa a ser absorvido e consumido pelo sistema capitalista, no qual várias (ou todas) as instâncias (educação, saúde, cultura, religião, lazer etc.) se transformam em instrumentos de manipulação do próprio sistema com o intuito de resguardar o seu funcionamento, sendo o Estado um dos principais agentes responsáveis por comandar e submeter todas essas instâncias ao jugo do capital. Além disso, pode-se considerar que, nesse momento, os recursos naturais também são tragados como mercadorias. As teorias socioambientais aí têm origem e demonstram essa absorção dos recursos naturais pelo capital tanto pelo seu valor de uso quanto como mecanismo de manipulação para a reprodução do sistema. Cabe ressaltar que essas intervenções do Estado para manter a lógica do capital ocorrem devido à pressão feita por outros mecanismos:

[...] através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhe permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência (NETTO; BRAZ, 2009, p. 225).

Isso corrobora a premissa de que há sempre imposições dos interesses de determinadas instâncias sobre outras para que o sistema se mantenha articulado e “sólido” em seus propósitos. No entanto, vez por outra, as suas contradições desencadeiam crises. A crise do estágio imperialista ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial, e isso se deu devido à recessão generalizada das potências imperialistas. Constatou-se que as taxas de lucros decresceram e,

además, houve um grande recuo no crescimento. Esses desdobramentos são provenientes da grande onda expansiva que ocorreu anteriormente, cujas características são as seguintes:

a) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos setores monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; b) as taxas de lucros tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência decrescente da taxa média de lucro; d) cresce a tendência a economizar trabalho vivo, com a introdução de inovações tecnológicas; e) mantém-se, ainda que reduzida, a tendência ao subconsumo; f) os preços das mercadorias (e serviços) produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; g) os custos de venda sobem, uma vez que o sistema de distribuição tende à hipertrofia, e h) a inflação se cronifica (NETTO; BRAZ, 2009, p. 215).

Nesse momento, torna-se necessário encontrar estratégias de articulação e restauração do capital, tendo o intuito de acelerar o crescimento e reverter a queda da taxa de lucro. Para isso, é necessário criar outras condições a fim de explorar a força de trabalho, uma vez que o capital não poderia mais arcar com os custos das garantias do trabalhador. Destarte, os direitos que haviam sido adquiridos pela classe trabalhadora dentro do sistema capitalista até esse momento começam a ser questionados. Isso acontece porque o próprio capital precisa se refazer para voltar a reproduzir os seus anseios de acumulação e autoexpansão. Assim, é preciso encontrar formas mais especializadas de exploração do trabalho para acumular mais excedente, o que conseqüentemente gera mais aumento na produção, implicando mais consumo e mais lucratividade.

As estratégias elaboradas a partir do final do século XX e que perduram até o século XXI são apontadas por Netto e Braz (2009): restrições legais dos movimentos sindicais para minar os direitos adquiridos pelos trabalhadores; redução da demanda por trabalho vivo a partir da utilização de tecnologias; força de trabalho qualificada e polivalente (exigência de qualificações diversas e conhecimento para exercer várias funções), e quebra da consciência de classe com utilização do discurso de que a empresa é a “casa” dos trabalhadores, de modo que eles passam a ser “colaboradores”. Isso é uma estratégia para manter o trabalhador por mais tempo no local. Desse modo, aparentemente ele está sempre trabalhando, sendo isso uma forma exacerbada de acumulação de excedente.

Os autores ainda apontam como estratégias a precarização do trabalho – que visa arruinar as garantias do trabalhador, afirmando que a “flexibilização” ou a “desregulamentação” aumentaria as chances de gerar mais empregos (porém, isso é uma falácia, pois sabe-se que atualmente, em vários países, essa “flexibilização” veio com o aumento do desemprego) – e a precarização das relações de trabalho (aumento de jornadas, trabalho infantil, salário desigual quando há um homem e uma mulher trabalhando no mesmo

local e na mesma função, e até mesmo trabalho escravo). Tudo isso demonstra que “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97).

Essas medidas evidenciam que as crises levam o sistema a se reproduzir, e o capital sempre tende à autoexpansão; portanto, não importa quais estratégias sejam necessárias a se tomar para que isso aconteça. Assim, cabe salientar que realmente “houve um tempo em que contemplar a produção da abundância e a superação da escassez era inteiramente compatível com os processos e aspirações capitalistas [...]; hoje, não mais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

Isso decorre do fato de que, neste período, o capital se encontra em uma onda recessiva no sentido de minar ou liquidar qualquer coisa que provoque algum entrave em seu processo de reprodução. Essas transformações do sistema foram observadas em vários estágios e suas reconfigurações advieram em prol do restabelecimento da expansão do capital. Nos dias atuais, encontra-se em vigor a chamada terceira fase do estágio imperialista, intitulada neoliberalismo. As principais particularidades do capital nesse momento decorrem tanto da junção/consequência de estratégias já consolidadas no estágio imperialista quanto de outras formas mais amplificadas e especializadas dessa mesma fase.

Netto e Braz (2009) indicam algumas de suas particularidades: destruição das regulamentações através da destruição dos direitos sociais dos trabalhadores e liquidação de suas garantias de trabalho em nome da “flexibilização”; desregulamentação da atividade econômica, no sentido de romper com barreiras alfandegárias, visando à maior liberdade possível; ideologias fundadas na concepção natural de desigualdade social etc.

Para além disso, é necessário citar outras particularidades, como, por exemplo, a participação mínima do Estado na economia, ou seja, a intervenção mínima nas questões relacionadas às decisões de mercado.

[...] o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227).

Nesse sentido, o capital espera que as intervenções do Estado sejam a favor de seus desmandos, mostrando claramente que as bases materiais do capitalismo se configuram como algo oposto à democracia. Entretanto, o capital se utiliza do aparato estatal para reproduzir as suas ideologias, além de ser instrumento responsável por consolidar as suas decisões e

respaldar as suas ações. Logo, o que se tem são governos “totalitários” que se tornam instrumentos de manipulação encarregados de manter a lógica do sistema. Trata-se de um jogo ambíguo próprio do capital, pois, ao mesmo tempo que busca a intervenção mínima do Estado em suas questões, ele precisa dos mecanismos estatais de controle para respaldar as suas ações. Esses mecanismos de manipulação, necessários à submissão e à alienação dos sujeitos, podem se dar também através de outros instrumentos, tais como: educação, religião, arte, cultura, ideologias e assim por diante.

Tais instrumentos também se ligam à ampliação da mercantilização nesse sistema, que teve o seu início na fase imperialista. Atualmente, tudo é passível de consumo; dessa maneira, mercantilizam-se serviços. Tudo se transformou em mercadoria: cultura, pessoas, arte, recursos naturais, ideologias etc. Assim sendo, a expansão do capitalismo ocorre em busca de acumulação de excedente que vai além da produção da vida material, dominando também a imaterialidade (crenças, música, arte, entre outros exemplos).

O capital ainda arquitetou e consolidou ao longo desses anos vários ataques às dimensões democráticas do Estado. Um deles ocorreu no âmbito da privatização. O Estado entregou ao capital propriedades que visam atender aos seus interesses de exploração privada e obtenção de lucros. Isso demonstra claramente como o Estado é antidemocrático e corrupto, pois várias dessas propriedades foram construídas a partir da utilização de recursos pagos pela população, o que só corrobora a acumulação sem limites com o sacrifício de outra classe. Ademais, o custo de melhorias de determinadas localidades é socializado enquanto os lucros são privados; afinal, os bens que necessariamente deveriam ser “públicos” se encontram nas mãos de empresas monopolistas para serem explorados ao bel prazer.

Ao explanar brevemente acerca de determinados estágios do capitalismo, foi possível verificar que esse sistema se faz e se refaz quantas vezes forem necessárias para reproduzir os anseios da classe dominante em determinado período. Dessa forma, observa-se que as configurações e reconfigurações do capitalismo ao longo dos séculos deram origem a vários outros desdobramentos, sendo um deles as teorias voltadas à questão ambiental, preconizadas no século XX.

3 SUSTENTABILIDADE EM FOCO

3.1 Teorias socioambientais: neoclássica (ambiental) e ecológica

À medida que ocorrem mudanças de ordem social, ambiental e econômica na esteira do revolucionamento produtivo, a questão ambiental emerge como desdobramento desse processo. No entanto, esse tema firma-se como campo de discussão em escala mais ampla somente na segunda metade do século XX (décadas de 1960 e 1970), com o surgimento das chamadas teorias socioambientais ou modelos econômicos. Dentre as teorias, destacam-se a economia neoclássica – que fornece a base para a economia ambiental – e a economia ecológica, que surge como uma oposição crítica à primeira.

De acordo com Souza (2000), a economia neoclássica prefere falar dos fatores de produção a abordar as teorias apoiadas nas classes sociais, como ocorre na economia clássica. Portanto, na economia neoclássica desaparece a ideia de excedente, assim como desaparece a ideia de classes sociais, tendo sido esta substituída pela noção física de “fator de produção”. Entretanto, no que tange à economia ambiental, derivada da corrente neoclássica, tem-se que

[...] os indivíduos derivam utilidade do consumo dos bens (materiais e imateriais), [...] porém também derivam utilidade dos serviços prestados pelo meio ambiente em seu estado natural, o que engloba “ar puro”, águas limpas, climas favoráveis, paisagens não alteradas pelo homem, diversidades de formas de vida e outros elementos presentes no ambiente natural. São todos fontes de serviço para o homem, cujo usufruto incrementa o bem-estar das pessoas de forma semelhante ao que ocorre com o consumo de bens produzidos pela atividade humana (SOUZA, 2000, p. 88).

A economia ambiental entende o ambiente natural como um produto a ser consumido e que, portanto, passa a ser tratado como os demais bens da economia, ou seja, considerado pelo seu valor econômico. Inicialmente, essa teoria surge para auxiliar na escolha entre qualidade ambiental e produção/consumo, visando ao equilíbrio entre esses dois fatores do ponto de vista do bem-estar social (SOUZA, 2000). Contudo, como as necessidades humanas tendem a ser infinitas, nunca há de fato um equilíbrio entre tais fatores.

Por outro lado, de acordo com Bellia e Bidone (1993 apud SOUZA, 2000, p. 91), a busca por equilíbrio torna-se necessária pelo fato de esses recursos serem esgotáveis, considerando que nessa relação o meio ambiente aparece como assimilador de rejeitos, provedor de bens e serviços, e, ainda, provedor de materiais e energia para o funcionamento do sistema econômico. A partir disso, surgem as tentativas de utilização dessas teorias socioambientais de modo a tentar diminuir a depleção dos recursos devido à ocorrência do

decréscimo das taxas de utilização das mercadorias no mercado, que deram origem aos elevados níveis de produção e consumo e, conseqüentemente, a um grande desequilíbrio ambiental.

Vale ainda ressaltar que a economia ambiental se apresenta [...] sob a perspectiva da economia convencional e sob o signo monetário, valorizando o meio ambiente não pelas suas qualidades intrínsecas, mas pelo seu possível valor em dinheiro (CAVALCANTI, 2010 apud OLIVEIRA, 2017, p. 97). Desse modo, a economia ambiental busca quantificar os custos ambientais das ações humanas, aqui compreendidas no conceito de “externalidades ambientais”. Ela considera que, para alcançar um nível de sustentabilidade, seria necessário haver uma abordagem custo-benefício a ser aplicada às ações com impactos ambientais.

Na abordagem de determinados preceitos acerca da economia neoclássica e da economia ambiental, percebe-se que elas desconsideram questões históricas, sociais e políticas da vida social vigente: enquanto a primeira desconsidera completamente a existência das classes sociais, a segunda trata da questão ambiental tão somente pelo viés econômico.

A economia neoclássica desconsidera nitidamente a existência de monopólios (em que grupos com interesses específicos comandam o mercado); todavia, a economia ambiental corrobora apenas o fato de que o capital tudo mercantiliza. Ambas as teorias não se encarregam de suscitar questionamentos acerca do sistema vigente, mas encarregam-se de corroborá-lo.

Embora os monopólios não sejam considerados pela economia neoclássica, não se pode negar que há no sistema capitalista grupos específicos interessados por determinadas áreas. A título de exemplo, sabe-se que muitos “espaços públicos” podem chegar a ser privatizados por eles com o respaldo do próprio Estado. Trata-se de grupos que visam atender aos seus anseios e aos do capital de modo a obter maiores lucros a partir da transformação e exploração de localidades que possuem um grande valor de uso. Entretanto, essas localidades, antes pertencentes ao Estado, foram compradas com a utilização de impostos arrecadados por meio do trabalho da população, ou seja, a compra foi socializada, mas os lucros da exploração desse meio irão se concentrar nas mãos de alguns grupos monopolistas.

A Economia Ambiental advém da Economia Neoclássica, e considera a natureza como recurso, portanto, ainda que seja derivada de caráter “público”, essa se torna um ‘bem’ ou “produto” que muitas vezes é absorvido de maneira privada por determinados grupos, tendo o Estado como um dos principais mecanismos para respaldar suas ações.

Logo, quando se consideram somente soluções de “equilíbrio” através de correções/adequações das externalidades (Economia Ambiental com suporte da Economia

Neoclássica) ou se desconsideraram as classes sociais (economia neoclássica), essas teorias se limitam a suscitar abstrações e não alcançam um desenvolvimento “sustentável” no intento de diminuir as explorações ao meio, pois, de fato, o que mais existe é exploração, tanto dos recursos naturais quanto de classes. Enfim, o capital se encontra no cerne dessas relações, mesmo que as referidas teorias desconsiderem isso. Desse modo, é possível dizer que ambas funcionam como um instrumento de corroboração, manutenção e reprodução dos princípios da economia de mercado.

Outra teoria que surgiu com o intuito de relacionar economia e meio ambiente foi a economia ecológica, definida por Souza (2000, p. 142) como:

[...] uma reação crítica aos princípios da Economia Ambiental, sobretudo ao seu propósito de valoração monetária do meio ambiente e à abordagem custo-benefício a ser aplicada às ações com impactos ambientais. Para a Economia Ecológica, o meio ambiente não pode ser avaliado monetariamente, nem mensurado de forma cardinal, uma vez que a sua importância é intangível à percepção das pessoas e ultrapassa os limites das gerações presentes.

Para a economia ecológica, o meio ambiente não está reduzido somente à função econômica. Seu valor, portanto, ultrapassa essa esfera, uma vez que não seria possível apenas mensurar um “custo” dos serviços prestados por ele. Isso posto, a economia ecológica procura estudar a relação entre homem, natureza e economia, partindo da premissa de que esse modelo requer uma mutabilidade, tanto na forma como são utilizados os bens naturais quanto na dinâmica de crescimento econômico.

A partir da premissa de que o valor do meio ambiente seria intangível, o autor considera que a economia ecológica entende a economia apenas como um subsistema dentro de um sistema maior, que é a natureza. Para além disso, este modelo enfatiza a importância dos aspectos sociais e ambientais e defende que

O desenvolvimento sustentável deveria ser endógeno e local, preservando e valorizando a participação popular, o conhecimento e a cultura dos povos envolvidos em seu processo, buscando tecnologias adaptadas às condições físicas, sociais, culturais e econômicas locais (SOUZA, 2000, p. 145).

Se, por um lado, a economia ecológica parece estar mais próxima do que se entende como sustentabilidade, que “[...] visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza” (BRUNDTLAND, 1987, p. 65, tradução nossa), por outro lado, ela não considera os marcos regulatórios ou os limites da forma de sociabilidade capitalista atual, a saber: a necessidade constante de aumento do capital (excedente de produção) e a competitividade do capital produtivo com formas especializadas de capital – o que leva

empresas a produzirem mais e a utilizarem formas mais exacerbadas de exploração do trabalho, ao mesmo tempo que minimiza o trabalho com certas garantias e eleva o trabalho precário assim como o desemprego estrutural. Deste modo, é possível reconhecer que os preceitos sustentáveis da Economia Ecológica são incompatíveis com o capitalismo.

É necessário salientar que, nos espaços onde o capital vê atributos para a sua reprodução, as condições locais são absorvidas e reconfiguradas. Em alguns desses espaços, com resistência, e em outros, com amplas aberturas. Dessa forma, denota-se a fragilidade das teorias socioambientais, uma vez que elas desconsideram a forma de produção material e imaterial da vida social dominante e, ao invés de suscitar questionamentos, confirmam a perpetuação e manutenção da lógica reprodutiva do capital, dando funcionalidade ao mercado. Constata-se, então, que as teorias socioambientais se personificam no viés da economia, culminando em um discurso antagônico frente aos verdadeiros interesses de classe. Para Netto e Braz (2009, p.35),

[...] a “ciência econômica” abandonou resolutamente as ideias que, formuladas pela Economia Política clássica, poderiam constituir elementos de crítica ao regime burguês (por exemplo, a teoria do valor-trabalho, que foi substituída pela teoria da “utilidade marginal”) e, com esse procedimento de princípio, tornou-se um importante instrumento de administração, manipulação e legitimação da ordem comandada pela burguesia.

Por meio das teorias econômicas expostas neste capítulo, verifica-se que o modelo vigente de produção e consumo entende a natureza apenas como recurso, reduzindo-a à imagem de “mercadoria”. Dessa maneira, as teorias apresentadas contribuem para exacerbar ainda mais o controle do capital sobre a natureza, mas nem sequer chegam a suscitar alguma crítica quanto à existência de interesses divergentes entre as classes sociais e os domínios que se dão sobre esses espaços.

Essas teorias socioambientais tiveram origem no século XX, momento em que houve o incremento das taxas de utilização decrescente dos produtos, dando origem à elevada produção e consumo e a um grande desequilíbrio ambiental, e esses fatores deram origem ao surgimento de teorias sustentáveis.

3.1.1 Os conceitos de “sustentabilidade”

O aumento corrente do uso desmedido de recursos naturais advém do decréscimo das taxas de utilização de mercadorias no mercado, o qual incentiva nova produção, produção esta que não está preocupada com a concretização de valores de uso, mas, principalmente, de

mais-valor, o que acabou por expandir tanto a produção quanto o consumo. Essa exploração contínua dos recursos naturais alertou a Organização das Nações Unidas quanto à importância de realizar conferências mundiais com o intuito de estabelecer diretrizes voltadas para um desenvolvimento sustentável.

Nesse momento, repensar a relação entre homem e natureza passou a ser algo crucial, dados os riscos de incidência de ameaças que assolavam o século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Diante disso, tornou-se fundamental tomar medidas a fim de evitar possíveis catástrofes que poderiam influir diretamente nas gerações presentes e certamente repercutir nas gerações futuras.

Desse modo, em um primeiro momento, especula-se acerca da origem do termo sustentabilidade, em que é possível observar a existência de duas vertentes. Segundo relata Nascimento (2012, p. 51) pode-se verificar

[...] a primeira na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, gogos etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.

É necessário apontar que existe uma interdependência entre essas visões, uma vez que, segundo Sachs (1993, p. 07), “o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados [...]”. Isso ocorre porque a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade se viabilizam a partir da produção de sua vida material (e imaterial), e os recursos utilizados para a produção de mercadorias advêm do meio ambiente, sendo ele responsável por suprir o que está além das necessidades humanas.

No tocante ao contexto de surgimento da sustentabilidade, Costa Lima (2003, p. 102) salienta que ela veio

[...] como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo – sobretudo os Estados Unidos – para o resto do mundo no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 70 do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural.

Assim, o advento dessa crise alertou as Nações Unidas quanto à urgência de realizar oficialmente a primeira conferência mundial voltada para a sustentabilidade, dada a necessidade de debater possíveis direcionamentos para lidar com tais questões. As

prerrogativas dessa conferência, que foi realizada em Estocolmo no ano de 1972, estabeleceram a existência de “três critérios fundamentais que devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica” (SACHS, 1993, p. 07).

Considera-se a importância desses três elementos, uma vez que, para haver um desenvolvimento sustentável, é preciso pensar, segundo aponta Nascimento (2012, p. 55), acerca das inter-relações entre “[...] meio ambiente e desenvolvimento, por meio da boa gestão dos recursos naturais, sem comprometimento do modelo econômico vigente”.

Logo, baseou-se inicialmente na proposta feita pelo economista Sachs a primeira tentativa de elaborar orientações visando alertar, conscientizar e regular as condutas de todas as nações frente aos perigos proeminentes dessas intervenções ininterruptas no meio ambiente. O economista retratou a necessidade de articular a multidimensionalidade desses três aspectos – participação social, preservação ambiental e economia – para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Entretanto, em meados da década de 1980, a Assembleia das Nações Unidas “[...] demonstrava claramente o difundido sentimento de frustração e inadequação da comunidade internacional sobre nossa própria habilidade de abordar as questões globais vitais e lidar eficazmente com elas [...]” (BRUNDTLAND, 1987, p. IX, tradução nossa).

Naquele momento, de acordo com Nascimento (2012, p. 54), eram visíveis “[...] os efeitos do liberalismo, [...] que provocava o aumento das desigualdades sociais entre os países; portanto, tornou-se necessário enfatizar a dimensão social como parte integrante da questão ambiental”.

Para isso, organizou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Comissão de Brundtland – nosso futuro comum em 1987. Essa comissão tinha como principal premissa estabelecer princípios para um desenvolvimento sustentável. Foi pontuada a necessidade de haver

[...] cooperação entre países desenvolvidos e entre países com diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social de modo a se alcançar um objetivo em comum levando em consideração as inter-relações entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento, considerando ainda caminhos para que a comunidade internacional pudesse lidar com as preocupações ambientais, de forma assim a ajudar a definir, compartilhar percepções e estabelecer objetivos de longo prazo quanto às questões ambientais e aos esforços apropriados necessários para lidar de forma bem-sucedida com os problemas relacionados à proteção e recuperação do meio ambiente [...] (BRUNDTLAND, 1987, p. IX, tradução nossa).

A elaboração dessa comissão se deu no auge de uma crise mundial, e isso pode ser visto devido à ocorrência de várias tragédias envolvendo pessoas. Ao longo de poucos dias da publicação do relatório constatou-se a ocorrência de várias catástrofes ao redor do mundo.

A crise de desenvolvimento ambiental desencadeada pela seca na África atingiu o pico, colocando 35 milhões de pessoas em risco, matando talvez um milhão. Um vazamento de uma fábrica de pesticidas em Bhopal, Índia, matou mais de 2.000 pessoas e cegou e feriu mais de 200.000 pessoas. Tanques de gás líquido explodiram no México, matando 1.000 e deixando milhares sem teto. A explosão do reator nuclear de Chernobyl causou uma queda nuclear na Europa, aumentando os riscos de futuros cânceres humanos. Produtos químicos agrícolas, solventes e mercúrio fluíram para o rio Reno durante um incêndio em um armazém na Suíça, matando milhões de peixes e ameaçando a água potável na Alemanha e na Holanda. Estima-se que 60 milhões de pessoas morreram de doenças diarreicas relacionadas com falta de água e desnutrição, a maioria das vítimas eram crianças (BRUNDTLAND, 1987, p. 03, tradução nossa).

O mundo clamava por mudanças. Assim, “a conferência de Brundtland tinha como intuito abranger o globo e reunir-se para formular uma abordagem interdisciplinar e integrada quanto às preocupações globais e nosso futuro comum” (BRUNDTLAND, 1987, p. XII, tradução nossa). A conferência estabeleceu premissas de que o meio ambiente não pode existir em separado das ações dos homens, ambições e necessidades. Considerou, ainda, a desigualdade social como um dos principais problemas ambientais e de desenvolvimento de um país.

Portanto, segundo o relatório de Brundtland (1987, p. 65, tradução nossa), “a estratégia para o desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza”. Para que isso seja alcançado, é necessário seguir as seguintes premissas:

Reviver o crescimento, especialmente no que se refere aos países em desenvolvimento, porque é aí que as ligações entre o crescimento econômico, o alívio da pobreza e as condições ambientais operam mais diretamente; mudar a qualidade do crescimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável envolve mais que crescimento, requer uma mudança no conteúdo do crescimento, de forma a torná-lo menos intensivo em materiais e energia e mais equitativo em seu impacto; satisfazer as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; assegurar um nível sustentável de população; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e gerenciar riscos e fusão de ambiente e economia na tomada de decisão (BRUNDTLAND, 1987, p. 49, tradução nossa).

As premissas sustentáveis preconizadas pela comissão de Brundtland desconsideram a forma de sociabilidade dominante, primeiramente porque a sociedade sempre precisou produzir e consumir, e desta forma seguirá, portanto é uma falácia considerar a possibilidade de se ter um crescimento menos intensivo, e para além disso equitativo. O capital não busca por equidade, mas suscita em aumentar e intensificar as desigualdades, e isso é visto

principalmente na relação entre países desenvolvidos e emergentes, sendo esses últimos os principais exportadores de capitais. Os Estados emergentes, para atender aos interesses das oligarquias financeiras na sua busca exacerbada por lucros se utiliza de justificativas pífias como “cortes de gastos” e “privatizações” em prol do “bem comum”, mas a realidade é que essas medidas são maneiras de intensificar a extração do capital ao custo da destruição de regulamentações trabalhistas levando a precarização do trabalho e até mesmo ao desemprego estrutural para se gerar mais excedente de produção para esses monopólios.

Deste modo, a produção não está posta para atender necessidades, mas, sobretudo, para a geração de excedentes que irão concretizar outras formas especializadas de capital, como o comercial, o portador de juros. Além disso, as demandas por serviços e produtos levam ao crescimento e especialização do mercado para atender os anseios reprodutivos do capital: a acumulação de terceiros ou o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, deste modo é impossível falar em um sistema que assegure um nível sustentável de população, uma vez que o próprio neoliberalismo se funda na “[...] ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (NETTO & BRAZ, 2009, p. 238).

Não há harmonia no capitalismo, e ele também não atende aos interesses de todos, então se for necessário cortar gastos na educação, na saúde, na segurança e em outros setores em prol dessas oligarquias financeiras o Estado suscitará em manipular a grande massa para alcançar tal objetivo, se utilizando de uma lógica invertida, chegando a terceirizar a culpa, que será posta no crescimento populacional, no consumo exacerbado da população, nos níveis escassos de recursos, dentre outros, mas nunca se culpará a lógica do sistema.

A partir dessas configurações da vida social dominante, outras importantes conferências vieram para tentar “equilibrar” o sistema em prol do “bem comum”. A conferência do Rio de Janeiro de 1992 veio para reforçar e retomar determinados aspectos já consolidados na conferência de Estocolmo de 1972, reconhecendo “[...] meio ambiente e desenvolvimento como dois lados da mesma moeda” (SACHS, 1993, p. 13).

Nesse momento, para além da tríade proposta anteriormente por Sachs na conferência de 1972, o autor relata que haveria cinco dimensões necessárias a serem consideradas para alcançar o desenvolvimento sustentável, e elas devem ser desenvolvidas de forma simultânea.

A primeira delas se refere à sustentabilidade social, que, segundo Sachs (1993, p. 25) se refere ao “[...] processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é a boa sociedade”, e cujo “objetivo é construir uma civilização do ser, onde haja maior equidade do ‘ter’ e da renda [...]”. Já a segunda se

relaciona com a sustentabilidade econômica, na qual o autor discorre acerca da alocação e gestão mais eficiente dos recursos, considerando a necessidade de haver um fluxo regular do investimento público e privado. Ainda se acredita que a eficiência econômica deve ser considerada em níveis macrossociais, e não apenas com base em critérios de lucratividade microempresarial.

No que se refere à sustentabilidade ecológica, Sachs (1993, p. 25-26) aponta a necessidade de haver uma “[...] limitação do uso de combustíveis fósseis ou de outros recursos esgotáveis, de modo a substituí-los por recursos ou produtos renováveis [...]; além da importância de se intensificar a pesquisa de tecnologias limpas [...] e definição das regras para uma adequada proteção ambiental”. A denominada de sustentabilidade espacial auxilia na busca por um meio rural-urbano mais equilibrado, de modo que haja uma industrialização descentralizada associada a tecnologias atuais. Essa dimensão considera ainda a importância da biosfera e do estabelecimento de uma rede de reservas naturais com o intuito de proteger a biodiversidade.

O último critério abordado pelo autor, porém não menos importante, é o da sustentabilidade cultural, que enfatiza a “busca pelas raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção [...] que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p.27). Este autor não considera em nenhum momento sequer a sociedade de classes e, havendo a divisão classista do trabalho, há interesses diversos e conflitantes. Os interesses do capital (excedente de produção) funcionam como força objetual que desequilibra as proposições ideais de Sachs.

Entretanto, a conferência do Rio de Janeiro de 1992, ou a ECO-92, considera que todos esses elementos precisam estar interligados, de sorte que haja uma harmonia entre eles. Assim, será possível um modelo de desenvolvimento sustentável mais eficaz. Para além das conferências/comissões e outros eventos que se encarregaram de discutir o conceito de sustentabilidade com vistas a elaborar as melhores medidas e definições que representassem aquilo que ela seria e a forma de alcançá-la, deve-se pensar que não é possível esgotar o tema.

Gomes (2014, p. 22) afirma “[...] que não há um consenso teórico sobre uma definição universal do desenvolvimento sustentável”. O autor ainda aponta que a definição de sustentabilidade está ligada à criação e disponibilização para a sociedade de alicerces econômicos, sociais e ambientais perenes. Esses alicerces devem ser usufruídos de maneira justa e igualitária pelas gerações atuais e futuras, assim como por qualquer classe social, crença ou cultura.

Uma sociedade sustentável é aquela que se organiza e se comporta de forma autônoma e democrática, em busca de um futuro comum que possa garantir, a partir de sua cultura e seu desenvolvimento histórico, qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos e ecossistemas em que está inserida, sem diminuir as possibilidades de usufruto das futuras gerações (GOMES, 2014, p. 28).

Observa-se, então, que os conceitos relativos ao desenvolvimento sustentável são amplos; no entanto, torna-se necessário levar em consideração as mudanças relativas à vida material e imaterial na esteira do desenvolvimento produtivo. Muitas dessas teorias são limitadas por desconsiderarem a existência de classes sociais e interesses específicos de determinados grupos que se sobrepõem aos outros no modo de produção capitalista.

Para além disso, os conceitos sustentáveis preconizados por Gomes são idealistas ao passo que não há no capitalismo formas justas e igualitárias de exploração de recursos, a falta para um acarreta em maior acúmulo para o outro, e além disso, há no sistema disputas entre as classes e não harmonia entre elas. Não há ainda como se ter uma sociedade sustentável no capitalismo uma vez que o sistema não tem nada de democrático, pelo contrário, é inerentemente totalitário pois impõe seus domínios para se reproduzir a favor do capital. Portanto, as premissas de Gomes desconsideram essas questões, e ainda pontua que a cultura e o desenvolvimento histórico seriam capazes de garantir um futuro comum, como se esses elementos por si sós fossem protagonistas capazes de modificar o sistema de produção capitalista.

É necessário estabelecer críticas aos conceitos sustentáveis considerando o sistema vigente, uma vez que, segundo Loureiro (2012, p. 28),

As causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as consequências de tal degradação não são apenas pelo uso indevido dos recursos naturais, mas sim de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/tecnocracia. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto quanto ao valor conferido à dimensão da natureza [...].

Desse modo, levando em conta todas essas concepções acerca do desenvolvimento sustentável, é preciso tecer considerações acerca da impossibilidade prática da sustentabilidade diante do atual contexto de sociabilidade.

3.1.1.1 A prática da “sustentabilidade”

Qualquer concepção de sustentabilidade feita, pensada e articulada sem ter como pressuposto básico a forma de produção material da vida social, configura-se como ideologia inversa do mundo real. Isso se comprova a partir dos apontamentos de Marx e Engels (1989), segundo os quais a vida social é essencialmente prática e o nível de desenvolvimento das forças produtivas é demonstrado a partir das configurações da divisão do trabalho. Dessa forma, é preciso partir do pressuposto real que conforma essa materialidade e que são os homens, situados em um conjunto de situações materiais e imateriais estabelecidas em diferentes estágios de sua vida material.

A forma de produção material que marca a vida social se edifica, se configura e se reconfigura a partir das lutas constantes entre os diferentes interesses de classes ao longo do percurso de “evolução” do ser social, cada qual dentro dos estágios diferentes da vida material e imaterial. Só é possível tecer críticas a um determinado sistema com base no próprio meio e através do estabelecimento de conexões entre teorias e realidade, considerando o pensado a partir do real, de maneira concreta.

Muitos autores que teceram teorias em relação à sustentabilidade são idealistas, pois basearam-se somente nas representações das coisas e na força das ideias – da consciência, que é subjetiva. Sabe-se que as relações de produção se constituem através de sujeitos sociais, ponderando que tudo é natureza transformada a partir do trabalho. Portanto, é impossível que haja harmonia dentro de um sistema em que o trabalhador é explorado em prol da geração de excedente voltada para a geração de mais lucros que se acumulam nas mãos de determinados grupos.

Nascimento (2012, p. 55) aponta que, para a viabilização de um desenvolvimento sustentável, é necessário que haja uma relação entre “[...] meio ambiente e desenvolvimento, por meio da boa gestão dos recursos naturais, sem comprometimento do modelo econômico vigente”. Como realizar uma “boa gestão dos recursos naturais” em um sistema que visa à exploração, à acumulação e à intensificação da atividade produtiva em prol de lucros?

Mesmo que, em outros momentos, o capital tenha de assumir outras configurações para se reproduzir e tentar “resolver” suas próprias contradições, aqui é como se meio ambiente e desenvolvimento estivessem em harmonia, e como se fosse possível controlar e manter os recursos dentro do sistema econômico vigente. O fato é que esse sistema foge ao controle dos sujeitos, pois opera na razão dos processos de produção e reprodução do capital,

em uma dinâmica impositiva que prioriza as coisas e as mercadorias e não propriamente os seres vivos.

Portanto, o autor defende algo apenas com a força das ideias, pois sabe-se que, num sistema “articulado” como o capital, que tem entre as suas diversas características uma em especial, que é a incontrollabilidade, e não é possível somente gerir. Há, portanto, uma relação controversa entre meio ambiente, desenvolvimento e a vida material dominante, já que, “sem acumulação de capital, o modo de produção capitalista não existiria” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 125).

Também de cunho idealista, outro conceito tecido foi preconizado pela comissão de Brundtland quanto ao nosso futuro comum, em que se acredita que “a estratégia para o desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza” (BRUNDTLAND, 1987, p. 65, tradução nossa). Aqui se desconsidera a vida social dominante, pois, uma vez considerada como algo útil à humanidade, a natureza passa a ganhar destaque no viés econômico como valor de mercadoria.

Então, não é possível haver harmonia e controle entre esse recurso explorado e quem o explora, visto que a natureza é transformada a partir do trabalho para atender o que vai além das necessidades humanas, assim como também não é possível haver harmonia na exploração de uma classe sobre a outra, em que,

[...] quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação. [...] o capitalista pode aumentar a taxa de exploração prolongando a jornada de trabalho, intensificando o ritmo e as cadências, introduzindo inovações, pressionando os salários para abaixo do valor da força de trabalho etc. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 127).

Outro teórico idealista é o economista Sachs, e é até possível “entendê-lo”, uma vez que a economia deriva como uma das articulações da própria classe burguesa após a revolução para desenvolver as forças produtivas. Essa área se tornou um arsenal técnico, e mesmo no século XXI, ainda é possível ver que “ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção [...]” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 22).

A economia desconsidera quaisquer preocupações históricas, sociais e políticas, que são intrínsecas ao desenvolvimento da vida social dominante, pois preconizam os fatores de produção em detrimento das classes sociais, considerando que gerir melhor os recursos

através do controle das externalidades – exemplos: imposição de preço a depleção dos impactos ambientais – seria suficiente para minimizar os danos da degradação.

Certas colocações do autor demonstram o seu viés idealista quando considera “[...] meio ambiente e desenvolvimento como dois lados da mesma moeda” (SACHS, 1993, p. 13). Na verdade, opõem-se completamente: um deles é o recurso a ser explorado e isso só acontece à medida que houver acumulação e autoexpansão constante; do contrário, essa atividade entrará em crise, não havendo, portanto, equilíbrio nesse jogo de forças. O economista ainda se mostra idealista quando fala das dimensões da sustentabilidade: a social, por exemplo, considera a necessidade de construção do ser e equidade no ter e na renda.

A produção material da vida social dominante não condiz com essas aspirações, pois vive-se em uma sociedade na qual o trabalho é socializado, mas os lucros gerados são privados; na qual há exploração e intensificação do trabalho para a produção de mais-valia (ou seja, mais acumulação de riqueza nas mãos de determinados segmentos). Outra questão é que equidade de renda nunca existirá dentro de um sistema “totalitário” que gera a própria desigualdade, precarizações e controle através das imposições do próprio Estado em prol de extrair ainda mais capital, o concentrando nas mãos de grupos específicos dominantes que visam somente atender aos seus próprios interesses.

Esse sistema chega muitas vezes a criar o desemprego estrutural com o intuito de se refazer e “superar” as suas próprias contradições, de modo que possa retomar o seu estágio contínuo de acumulação e autoexpansão, chegando até mesmo a destruir regulamentações trabalhistas se necessário.

Outra dimensão da sustentabilidade é a cultural, que “busca pelas raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção [...] que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p. 27). Isso é uma ideia limitada; afinal, nos espaços em que o capital vê atributos para a sua reprodução, as condições locais são absorvidas e reconfiguradas (em alguns desses espaços, com resistência; em outros, com amplas aberturas). Dessa forma, denota-se a fragilidade dessa teoria.

Pode-se observar que no turismo ocorre a apropriação de determinadas áreas naturais com o intuito de transformá-las em empreendimentos turísticos; no entanto, utiliza-se o conceito de “preservação” como aval da exploração, já que muitas vezes ocorre a especulação imobiliária, algo que foge ao controle dos indivíduos, ou seja, o capitalismo não se dinamiza sem gerar contradições, sendo que essas não podem ser eliminadas em seus marcos regulatórios. Há, portanto, distribuição coletiva dos custos de melhoria da localização; porém,

há uma apropriação privada dos lucros dessa melhoria e, através de incentivos fiscais, ocorre a exploração de mão de obra visando ao lucro. Geram-se assim as contradições que operam no turismo: exclui-se a população local e/ou tudo se transforma em mercadoria.

Algo que é natural e deveria ser necessariamente um bem público, cuja apropriação por parte das grandes empresas é realizada para a exploração do trabalho, seja diretamente, seja com o assalariamento indireto ou disfarçado, e com a desculpa da “preservação”: isso é um exemplo típico de que não há respeito em relação ao ecossistema, à cultura e ao local. O intuito é apropriar-se para lucrar, utilizando-se da sustentabilidade para encobrir os reais interesses desses grupos e absorvendo ainda a comunidade local como mão de obra barata em vez de enaltecer a sua cultura. Assim sendo, teorizar a sustentabilidade é uma coisa, outra completamente diferente se refere à forma como ela tem sido manipulada em prol dos interesses do capital.

Com o propósito de tentar analisar a sustentabilidade em sua concretude, é preciso pensar nos estágios da história da sociedade. Algo imprescindível a se considerar é que, em cada sistema que emergiu, havia interesses e dominações de uma classe sobre a outra e pode-se admitir que é impossível existir harmonia. Para qualquer ascensão, a preocupação inicial teria de ser “coletiva” até que se estabelecesse a dominação; dessa forma, qualquer grupo que tivera o intuito de ascender ao poder utilizou-se de mecanismos de persuasão e controle social (seja através do Estado, da religião, da cultura, da ideologia etc.) para alcançar e impor seus verdadeiros interesses.

Isso ocorre no âmbito político, sendo o Estado parte constitutiva da base material, que se encarregou (se encarrega) de proteger o sistema do capital. É preciso compreender o papel do Estado na “manutenção” da produção/reprodução do capital, e verifica-se que ele, além do controle político, exerce também um controle ideológico. Mészáros (2002, p. 107) relata que esse “[...]constitui a única estrutura compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico”, ou seja, controle sobre a sociedade.

O fato é que, durante o processo de desenvolvimento da vida material até os dias atuais, o capital foi se transformando, a constante especialização do trabalho e os interesses classistas foram (são) também resguardados por outros mecanismos que legitimam esse poder e que tinham (têm) como papel primordial assegurar a reprodução contínua desse modo de produção vigente. Desse modo, tem-se, por exemplo, o mecanismo de Estado que se fez (faz), se transformou (transforma) e se reconfigurou (reconfigura) sempre que necessário para manter suas influências, moldar e assegurar esse domínio do capital.

[...] o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto. Essas estruturas reprodutivas estendem sua influência sobre todas as coisas, desde os instrumentos rigorosamente repressivos/materiais e as instituições jurídicas do Estado, até as valorizações ideológicas e políticas mais mediadas de sua razão de ser e de sua proclamada legitimidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 124-125).

Ademais, Mészáros (2002, p.98) afirma que, “como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história”. Esse corpo se molda através de vários mecanismos, posto que aqui se considera em especial o político (Estado), e ele [...] “seria instrumento de dominação de uma classe, e não lugar de contradição e de luta de classe” (ALTHUSSER, 1992, p. 15).

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder. [...] é também forçoso que ele seja apresentado como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser fundidas, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “própria natureza”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia “igualdade e liberdade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

Dessa forma, para além da divisão hierárquica do trabalho, o sistema se utilizou (utiliza) também de ideologias para submeter os sujeitos, transformando-os em “corpos dóceis”. Em suma, Foucault (2014) retrata um corpo dócil como aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Sua utilidade está na lógica econômica e há docilidade em termos de obediência política. O mais importante é que esse “corpo dócil” tenha menos pensamentos críticos e políticos e que gere mais lucratividade dentro do sistema vigente.

Há a reprodução do sistema através da manipulação desses corpos (sujeitos que são “disciplinados” pelo Estado, escolas, trabalho, ideologias etc.). Dessa maneira, Althusser (1992, p. 106) salienta que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado, é pelo estabelecimento dos Aparelhos ideológicos de Estado [...]”, e esses aparelhos são a política, a escola, a Igreja, a cultura, a ideologia, entre outros.

Essa manipulação ocorre porque “[...] a classe dominante deve reproduzir as condições materiais, políticas e ideológicas de sua existência (existir é reproduzir-se)” (ALTHUSSER, 1992, p. 111). Um exemplo disso pode ser visto na Revolução Francesa.

A Revolução Francesa teve, antes de mais nada, como objetivo e resultado não apenas a transferência do poder do Estado da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial, [...] mas o ataque ao aparelho ideológico do Estado n.º 1: a Igreja. Daí a constituição civil do clero, a confiscação dos bens da Igreja e a criação de novos aparelhos ideológicos do Estado para substituir o aparelho ideológico do Estado religioso em seu papel dominante (ALTHUSSER, 1992, p. 76).

Sempre foi essencial utilizar-se de ideologias, e elas ganharam “materialidade” no corpo social, uma vez que nasceram a partir da vida social dominante como um instrumento de respaldo. Desse modo, “todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1992, p. 78). Portanto, a ideologia é posta como o concreto pensando que se efetiva a partir da produção da vida material, pois representa, segundo Althusser, uma relação com as condições reais de existência do homem.

A produção da vida material e imaterial no século XXI se volta também para a sustentabilidade, sendo ela, neste momento, um dos mecanismos de manipulação do próprio capital para manter a reprodução das relações socioprodutivas. Isso se justifica a partir das análises que foram feitas acerca dos seus limites, ao desconsiderar o sistema produtivo vigente no que concerne aos interesses específicos de classes, bem como o lucro como fim último do sistema capitalista, as desigualdades entre grupos representativos do capital (em suas várias formas) e grupos que vivem do trabalho.

Há, também, outros desdobramentos: os monopólios de produção e distribuição, as privatizações de localidades “públicas” por determinados grupos, a mercantilização etc. Pode-se dizer, enfim, que a sustentabilidade se tornou uma peça-chave para o sistema a partir do momento em que o capital passou a um patamar de maior acumulação e autoexpansão; dessa forma, tornou-se necessário absorver tudo que é passível de consumo, mesmo que para isso fosse preciso manipular os sujeitos através de inversões ideológicas.

A sustentabilidade é igualmente um meio de salvaguardar o sistema, revelando-se em desdobramentos diversos, tais como: inovações tecnológicas, empresas socialmente responsáveis, partidos verdes e assim por diante. Na análise dessa lógica, considera-se que esses desdobramentos são meras abstrações, uma vez que muitas empresas se adequam ao sistema do “socialmente responsável”, mas não deixam de lucrar. Caso contrário, serão

absorvidas pelo mercado, utilizando-se, portanto, da exploração de trabalho excedente para a sua continuidade. Não há como desconsiderar que o imperativo é o capital.

Um dos exemplos da “(in)sustentabilidade” pode ser visto em Porto Seguro (Bahia). A indústria Veracel, líder no setor de celulose e papel em âmbito internacional, desenvolve programas socioambientais na região – privatizando áreas ambientais que, segundo ela, seriam destinadas à “preservação” do que restou da Mata Atlântica, de modo que parte da fauna e da flora em risco de extinção permaneça existindo –, além de trabalhar também com programas de inclusão social.

É a partir daí que as contradições dessa ocupação do espaço ocorrem, pois sabe-se que empresas desse porte têm de investir em projetos desse cunho, sendo elas responsáveis apenas pelo recolhimento e isentas de carga tributária. Além disso, essa “preservação” é totalmente funcional para a empresa; afinal, ela necessita de áreas para plantios constantes a fim de continuar extraindo celulose para a fabricação do papel. As coisas não são feitas por pura e simples bondade, mas por interesse privado de continuar lucrando. Ela é até mesmo reconhecida em âmbito internacional. Na estação, mostra-se que, em meio a uma área preservada, há plantações de eucalipto. Segundo a empresa, tratar-se-ia de uma forma de facilitar a passagem de animais para o outro lado, mas vamos pensar: a partir de qual matéria-prima o papel é fabricado mesmo?

No final das contas, é importante que essa pseudopreservação ocorra para evitar que o que restou da Mata Atlântica se perca, embora as visitas ao parque da Veracel sejam uma forma de promover a indústria e passar o valor de que ela opera em favor do ambiente e das pessoas. Contudo, parece nítido que tais ações são realizadas por interesse próprio. Aqui opera a privatização de um bem natural, mas a questão a ser levantada é: para quem seria boa ou ruim essa privatização? Isso demonstra que, à primeira vista, essas questões passam despercebidas, uma vez que, no capital,

[...] prevalece a necessidade ideológica da ordem estabelecida, produzindo racionalizações complicadas que visam esconder as profundas iniquidades das relações estruturais [...]. Tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalismo administrável (MÉSZÁROS, 2002, p 109).

Como apontando anteriormente, as primeiras impressões acerca de como se estabelecem as relações socioprodutivas podem ser enganadoras, uma vez que a maioria dos sujeitos desconhece as configurações por detrás dessas relações.

Outro aspecto importante a ser retomado e apontado é que, de acordo com Mészáros (2002, p. 110), o Estado funciona como um dos principais mecanismos de administração do processo de reprodução socioeconômica. Portanto, encarrega-se de reforçar a dominância política do capital contra forças que poderiam minar as suas grandes desigualdades.

Desse modo, é possível dizer que o Estado e, neste contexto, também as conferências mundiais que foram realizadas pelas Nações Unidas, não visam de fato criar um ambiente mais sustentável, de modo a minimizar as desigualdades pensando no “bem comum” da humanidade e em prol das gerações futuras. Esses são mecanismos de controle que sempre terceirizam a culpa e operam a partir de análises inversas, pois não suscitam estabelecer reflexões de maneira concreta, ou seja, a partir da vida social dominante, que advém das relações de produção. O capital absorve o que for necessário para se reproduzir, e

[...] passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas (NETTO; BRAZ, 2009, p. 225).

Esses órgãos se utilizam do termo sustentabilidade de maneira estratégica, pois perceberam que a degradação ambiental vai além da chamada crise “sociedade-natureza”, ligando-se diretamente às fases de produção, desenvolvimento e acumulação que derivam do “[...] capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/tecnocracia. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto quanto ao valor conferido à dimensão da natureza [...]” (LOUREIRO, 2012, p. 28).

As críticas citadas são conhecidas por esses organismos; no entanto, elas são veladas. Eles observaram que as mudanças advindas das relações socioprodutivas evidenciaram “[...] a possibilidade concreta de um colapso planetário, o que colocou em xeque a racionalidade do sistema econômico hegemônico” (CORRÊA; PIMENTA; ARNDT, 2009, p. 07-08). A partir daí, essas instituições passaram a entender que

Em outros termos, valorizar e acumular capital não poderia – ou não deveria mais – ser o único imperativo da atividade econômica, pois corria-se o risco de inviabilizá-la estrategicamente, ou seja, impedir que continuasse a ser possível no longo prazo. Dessa forma, termos como responsabilidade social, empresa cidadã, ética nos negócios, que convergiam para a concepção de sustentabilidade, começaram a perpassar o universo corporativo, evidenciando a emergência de uma racionalidade paralela à anterior, mas que ainda está longe de ser a predominante. Aliás, muitos acreditam e postulam que se trata de uma racionalidade incompatível com a economia de mercado (CORRÊA; PIMENTA; ARNDT, 2009, p. 07-08).

Essa incompatibilidade da sustentabilidade e da economia de mercado é evidente, visto que o meio ambiente não é algo à parte do modelo de civilização adotado; ele se encontra inserido nesse sistema como elemento primordial da produção e reprodução da vida social dominante. A natureza passa a ganhar outras dimensões à medida que a sociedade vai se modificando e atualmente ela é considerada

[...] um valor, [...] não é natural no processo histórico [...]. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para bens que antes eram chamados naturais. Hoje, quando a economia e a mais-valia se globalizam, a natureza globalizada pelo conhecimento e pelo uso é tão social como o trabalho, o capital, a política [...] (SANTOS apud CORRÊA; PIMENTA; ARNDT, 2009, p. 08).

Dessa forma, o capital absorve todos os seus componentes e os transforma em mercadoria, apropriando-se de tudo aquilo que é passível de consumo com o intuito de lucrar.

Além dos discursos aqui preconizados a respeito da sustentabilidade nos marcos do capitalismo e de suas contradições, é importante ainda discutir como isso ocorre na prática no campo de estudos do turismo.

[...] O turismo tem sido visualizado na contemporaneidade como um importante instrumento de desenvolvimento de localidades, regiões, países em razão da geração de emprego e renda em diversos setores da economia (hotelaria, alimentos, lazer, produção cultural, transportes, dentre outros), mas que acarreta as mesmas potencialidades destrutivas do meio ambiente de outras atividades econômicas (destruição de recursos naturais, poluição ambiental, descaracterização sociocultural). Talvez até mais do que outras, se considerarmos que tudo pode – e deve, em algumas perspectivas – ser consumido como mercadoria, como produtos e serviços, pelo visitante (CORRÊA, PIMENTA; ARNDT, 2009, p. 09).

Portanto, não há como pensar a atividade turística fora do contexto da produção material e imaterial da vida social dominante, visto que trata-se de um conjunto de atividades voltadas, cada vez mais, ao trabalho produtivo¹ para o capital. Ademais, o fenômeno do turismo sofre influências diretas das reconfigurações mercadológicas, e afinal, ele influi sobre diversos setores, seja no âmbito econômico, cultural, ambiental e/ou social.

¹ Na palavras de Machado: no caso do trabalho produtivo, a relação social de produção que o caracteriza se refere à produção de mercadorias. Aplica-se o conceito de trabalho produtivo quando o trabalhador cria um excesso de valores acima da soma de valores que consome e isso ocorre quando este produz valor maior que o seu custo, ou seja, mais-valia, capital, transformando sua própria força de trabalho em capital, em condição necessária à geração de lucros para o capitalista. Portanto, trabalho produtivo é todo aquele que se realiza em mercadoria e que se troca por capital, o capital variável (apud OLIVEIRA; DUARTE; VIEIRA, 2010, p. 1-3).

4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO

4.1 De conceitos a reflexões acerca da prática do turismo

Para além dos discursos e da análise prática acerca da sustentabilidade, é importante entender como isso se desenvolve no turismo. Após as discussões, observou-se que as premissas da sustentabilidade não foram propagadas com o intuito de alertar, conscientizar, “reequilibrar” e “ordenar” as ações da sociedade e a forma como determinados setores se desenvolvem dentro do sistema em prol do bem comum, mas para operar especialmente em benefício de grupos específicos dominantes e de seus interesses.

O fato é que o desenvolvimento sustentável emergiu também a partir das exigências e mudanças da vida material e imaterial devido às consequências geradas pelo aumento excessivo da produção e do consumo, o que levou à depleção dos recursos naturais, assim como a outras diversas tipologias de crises (desastres ambientais, guerras, miséria etc.). Entretanto, isso não explica tudo, pois vale considerar que a onda expansiva do capital no imperialismo levou à sua desvalorização, gerando decréscimo nas suas taxas de lucros. Logo, o sistema precisava se reestruturar.

Atualmente, no neoliberalismo, essa reestruturação está sendo feita no campo social, ou seja, o capital visa absorver tudo como mercadoria, viabilizando seus processos de reprodução simples e ampliada com o intuito de retomar seus lucros. Isso envolve desde a destruição de regulamentações trabalhistas que lhe são onerosas até processos de reestruturação produtiva e hipertrofia do capital financeiro, passando pela utilização de mecanismos de controle permeados sempre por aparato tecnológico de ponta.

Desse modo, é possível afirmar que o discurso sustentável se estruturou devido à necessidade do capital de se reproduzir, ou seja, de aumentar continuamente seus patamares de acumulação sob o manto ideológico do equilíbrio. Para tal, tornou-se necessário adentrar outros segmentos do mercado passíveis de consumo. Ademais, é preciso que o capital crie instrumentos de manipulação para se resguardar e continuar o seu processo de autoexpansão, de modo a velar as suas ações através da submissão de sujeitos. Essas sujeições podem acontecer de diversas maneiras, seja através das relações que formatam o trabalho ou da utilização de aparelhos ideológicos de Estado.

Assim, faz-se necessário refletir também acerca das teorias preconizadas de desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo, visto que esse fenômeno, como

instrumento reprodutivo do capital e, com isso, absorve e aniquila trabalho útil improdutivo² sofre influências diretas da lógica mercadológica.

Dias (2003) ressalta que houve uma crise no modelo convencional de turismo a partir da preocupação das populações dos grandes centros urbanos em ter uma melhoria na sua qualidade de vida. O autor também afirma que, a partir desse momento, a demanda turística passou a se enquadrar em preceitos relacionados às transformações sociais, com resgates do individual, do autêntico sobre o material, incluindo ainda um retorno à natureza em busca de autenticidade. Essa premissa do autor corrobora os preceitos de Zaoual (2008, p. 57) no que se refere à demanda turística.

[...] Essa se tornou mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar.

As concepções desses autores se desdobram em proposições idealistas, pois, ao efetivarem uma análise de cunho descritivo das formas, não se preocupam em conhecer a dinâmica contraditória da sociedade de classes, ou seja, da forma de produção material e imaterial da vida social dominante. O turismo, seja qual for sua tipologia e forma, não pode ser compreendido de forma apartada das relações sociais de produção dominantes.

Essas visões, portanto, mostram-se fragmentadas e limitadas, bem como passíveis de abstrações, primeiramente porque Dias desconsidera o fato de que somos seres sociais e materiais. Logo, não há como pensar em uma realidade à parte das relações sociais e suas configurações. Quando ele retrata o resgate do individual, é como se existisse a possibilidade de os indivíduos serem, por força de suas vontades, protagonistas de suas ações. Nesse ponto, fica intrínseco o fato de que se desconsidera a existência de classes sociais, em que determinados grupos que detêm o poder sobre os meios de produção exploram outros que possuem somente a sua força de trabalho para sobreviver. Desse modo, o indivíduo não se sobrepõe às relações e aspirações coletivas de determinados segmentos.

² Na palavras de Machado: no caso do trabalho improdutivo, a relação social de produção que o caracteriza diz respeito, do ponto de vista capitalista, apenas à produção de valores de uso sem que estes portem valores de troca, por detrás dos quais se esconde o valor, o trabalho social materializado na mercadoria. Se realiza na satisfação das necessidades dos seus compradores; ele não se finaliza em mercadoria vendável. Esse tem seu valor social, porém se revela improdutivo quando se está em questão a produção da riqueza imediata. É um trabalho que é consumido sem permitir que o comprador recupere o que nele foi despendido, pois ele não tem a propriedade de acrescentar mais valor (mais-valia). Quando se fala em trabalho improdutivo, diz-se de despesa, fala-se em dispêndio de renda e não de capital. Ambos também podem ser determinados de modo igual (apud OLIVEIRA; DUARTE; VIEIRA, 2010, p. 1-3).

Outra questão apontada pelo autor se refere ao autêntico se sobrepondo ao material. Nota-se que as relações de produção são desconsideradas quando se sabe que a mercadoria comanda as relações sociais, sendo que, se há atributos de interesses para os processos de produção e reprodução do capital, há grandes chances de processos mercantis mais simplificados (formado sobretudo por produtores diretos) a partir da ascensão da produção mercantil capitalista (os produtores diretos reunidos para produzir excedentes para terceiros). O autêntico posto como mercadoria acaba como veículo material ou imaterial para a troca.

No entanto, o considerado autêntico em si pode se relacionar a diversas coisas, como mercadorias, cultura, história, ou seja, patrimônios materiais e imateriais. Por outro lado, o fato é que esses produtos não deixam de ser algo passível de consumo (mesmo na imaterialidade), uma vez que até mesmo as populações locais passam a se utilizar de suas tradições e saberes para lucrar. Dessa forma, a lógica do sistema opera a partir da produção de excedente (mais valor) como base real da lucratividade e do consumo posto para impulsionar essa dinâmica.

Zaoual também tem uma visão limitada quando considera que a demanda turística exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente; todavia, sabe-se que a natureza é espaço de relações sociais. Assim sendo, a demanda turística exprime as necessidades das relações de produção da vida social dominante, que é responsável por delinear o fenômeno do turismo em seus aspectos culturais, ambientais, históricos, patrimoniais, entre outros. Outra questão colocada pelo autor é que o turista na atualidade vai em busca de estabelecer conexões culturais mais profundas com as comunidades locais, mas isso não quer dizer que elas estarão dispostas a isso. Ademais, esse considerou que o turista tenta vivenciar locais que são autênticos, estabelecer conexões interculturais e viver essa harmonia com a natureza e a memória dos locais visitados; contudo, é necessário entender que as configurações desses espaços, assim como as relações que os permeiam, não são harmônicas.

O fato é que a demanda turística se configura em espaços repletos de antagonismos, pois não existe harmonia onde há interesses de classes, onde cada qual tenta estabelecer seus domínios. Portanto, é necessário ter conhecimentos mais completos sobre a essência das questões e isso ocorre somente a partir do entendimento sobre as relações sociais concomitantes aos embates que permeiam o sistema capitalista, considerando as ações em si e suas reais intenções, e não somente o que elas aparentam.

As análises acerca das demandas turísticas em tais níveis de abstração somente corroboram o fato de que se desconsidera o modo de produção capitalista em sua essência: as lutas de classes em seu interior; as relações sociais materializadas na exploração e

intensificação do trabalho, na produção socializada para a acumulação privada que gera diversos desdobramentos como monopólios, precarização do trabalho, corrompimento de legislações, naturalização das desigualdades provocadas a partir dos interesses do capital, desmonte do Estado e outros.

Essas abstrações, limitações e fragmentações no que tange às demandas turísticas são perceptíveis. Isso fica claro também quando Zaoual (2008) relata que é na diversidade que o turismo coloca suas motivações, pois considera-se que há uma perda de referências no mundo e, desse modo, os turistas começam a ter a necessidade de se sentir pertencentes e realizar trocas interculturais. O autor ainda considera que eles almejam ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros locais, o que corrobora a teoria de Irving (2008, p. 109), segundo a qual

novas tendências têm marcado também a “ressignificação” do turismo, como, por exemplo, uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, [...] e que estão em busca de oportunidades, de vivências e aprendizagens, para além do “cardápio” de opções disponíveis.

Convém ressaltar que o fato de os turistas orientarem suas ações para atividades que vão além dos pacotes turísticos disponíveis está ligado tão somente às novas tendências do capital de se reproduzir, uma vez que a busca agora é por mercadorias e serviços que comportam os preceitos de “ecologicamente corretos”. Dessa maneira, o capital absorve tudo o que é passível de consumo e cria produtos/serviços que certamente serão demandados e trarão maior lucratividade ao sistema. Cabe destacar também que somente motivações e responsabilidades sociais e ambientais por parte dos turistas não mudam a produção capitalista. Então, mesmo que haja uma busca maior deles por vivências autênticas e fuga de cenários turísticos planejados, isso não quer dizer que se trate necessariamente de algo sustentável, pois as relações de produção permanecem as mesmas.

Dessa forma, torna-se indispensável compreender que o turismo não rompe com a produção capitalista. Portanto, ainda que os turistas sejam mais “altruístas”, “responsáveis” e “interessados”, não muda o fato de que eles continuam a consumir os espaços, provocando alterações no meio e na vida dos autóctones, e para além, mesmo que se tenha na atualidade uma demanda por produtos/serviços “ecologicamente corretos”, esses serão disponibilizados via exploração capitalista do trabalho.

Destarte, não há como desconsiderar que o modo de produção se assenta na exploração e intensificação do trabalho, de maneira que, muitas vezes, os turistas consomem

produtos e/ou serviços feitos pelas comunidades locais, mas desconhecem as relações que se configuram por detrás dessa ação. Assim se desmitifica a abordagem de Dias (2003, p. 49) acerca da existência de um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

A passagem de um modelo de desenvolvimento predatório a um sustentável que mantenha a harmonia com a natureza tem múltiplas complicações. Implica modificar nossa visão e relação com a natureza: esta não é somente uma fonte de matérias-primas, mas também é o ambiente necessário para a existência humana. Implica um manejo racional dos recursos naturais, mas também modifica a organização produtiva e social que produz e reproduz a desigualdade e a pobreza, assim como as práticas produtivas predatórias e a criação de novas relações sociais cujo eixo já não será a ânsia de lucro, mas o bem-estar humano.

Primeiramente, o modelo de desenvolvimento não deixou de ser predatório, pois só sobrevive no sistema aquele que se adapta. Ademais, é totalitário também a partir do Estado de direito, utilizando-o como instrumento para manipular os sujeitos através de seus tentáculos culturais, ideológicos, educacionais e religiosos, sem falar na corrupção existente. Outro fato é que o capitalismo não mudará através de uma simples modificação de nossa visão e relação com a natureza; afinal, somos seres sociais, em uma forma histórica de sociabilidade que está posta não para produzir valores de uso, mas, sobretudo, mais-valor como fonte de privilégio de uma classe e de dinamização de outros capitais (portador de juros, rentista etc).

Conforme exposto, isso passa pelo trabalho em excesso; pela taxa de utilização decrescente de produtos diversos; e, também, por novos nichos de mercado (produtos orgânicos, energia renovável etc), desde que mais-valor possa ser gerado por meio deles (direta ou indiretamente) e que haja poder de compra para essas mercadorias. Finalizando, a organização produtiva e social não foi modificada, e a tendência atual com o neoliberalismo é que se acentuem ainda mais a desigualdade e a miséria. Este é, portanto, o contexto em que se encontra o turismo.

Alguns preceitos no turismo foram preconizados, por vezes, com visões um pouco “realistas”, mas ao mesmo tempo fragmentadas e limitadas. Dias considera, por exemplo, que sempre existirão impactos da atividade turística sobre o meio ambiente, mas que ela não seria a única responsável por isso.

O impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. O que se pretende é mantê-lo dentro de limites aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao visitar o lugar. Devemos considerar, por outro lado, que o turismo não pode ser tratado como o único vilão, pois existem outros processos econômicos que contribuem para as modificações ambientais nos locais turísticos e que muitas vezes deixam de ser

considerados pela dificuldade em isolá-los do processo principal, que sem dúvida é a atividade turística (DIAS, 2003, p. 21).

Essa colocação suscita meras abstrações, visto que muitas vezes os impactos são causados pelos próprios visitantes e, além disso, muitos deles desconhecem as relações que se formataram naquele espaço, mesmo que existam outros processos econômicos impactando diretamente essas áreas. Dias (2003) ainda relata que os impactos positivos do turismo são muito maiores que os negativos quando a relação entre ele e a natureza é bem administrada, de maneira a contribuir bastante para a preservação dos locais. Entretanto, a relação entre turismo e natureza não é algo harmonioso, pois há antagonismos a ela inerentes se considerarmos que o meio ambiente é permeado por classes diversas com interesses conflitantes, além de ser um meio político, repleto de ideologias e diferentes crenças.

Outra questão a se considerar é que os impactos negativos da atividade turística são consequências dos próprios desdobramentos do sistema capitalista, uma vez que o capital se faz através da dominação de classes sobre outras, a ponto de, por exemplo, observar que há determinados grupos responsáveis por monopolizar ambientes naturais e culturais para fins de lucro. Observa-se também o preceito liberal de que tudo é mercadoria; logo, bens que deveriam ser necessariamente “públicos” e de uso da própria população se tornam terrenos de disputas, gerando assim segregação. O que também ocorre é que muitas vezes a melhoria feita na região tem o custo socializado, mas os lucros são privados.

Isso é visto principalmente em zonas litorâneas, onde muitas vezes os residentes de determinadas áreas se veem obrigados a mudar de lugar ou são retirados quase que à força porque o turismo já se apropriou daquele espaço. Diante de tal situação, os preços na região passam a ser exorbitantes e, dentre outros inconvenientes, podem-se citar a agitação que muitas vezes incomoda os autóctones, as modificações e destruições do espaço e a absorção das próprias comunidades locais como mão de obra barata e submissa às explorações e condições precárias de trabalho. Desse modo, operam nesses espaços todos os tipos de contradições possíveis.

No entanto, há autores que acreditam na existência da possibilidade de implementar ações para o desenvolvimento de um turismo mais sustentável. Silva, Ramiro e Teixeira (2008, p. 363-364) salientam algumas medidas, tais como:

[...] contribuir para a geração de emprego e renda locais, fortalecer a governança local em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística, diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local, estruturar este segmento turístico face à crescente demanda turística em níveis nacional e internacional, agregar valor a destinos turísticos por meio da

diversificação dos segmentos a serem ofertados, promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

É possível verificar o caráter positivista dos autores, pois desconsideram que emprego significa relação capital versus trabalho. Assim, não há como considerar a existência de uma articulação entre todos os atores envolvidos na atividade turística, visto que nem todos podem ser protagonistas. Isso é patente porque não há harmonia nas relações que envolvem os detentores do capital e a classe trabalhadora que necessita vender o seu trabalho para viver.

Portanto, para obter maior lucratividade, é preciso que haja a exploração e intensificação do trabalho voltadas à máxima extração de excedente possível, juntamente com formas mais especializadas que vão desde a precarização do trabalho, destruição de legislações e submissão a condições degradantes. Assim sendo, geração de rendas significa retornos de capital não raras vezes sem que nada se faça ou via exploração de uma classe de capitalistas sobre outra.

É importante, pois, tecer reflexões acerca da realidade em que o turismo se insere de modo a não permanecer em abstrações que muitas vezes somente corroboram a funcionalidade da atividade em favor dos interesses do capital. Conhecer a essência das relações no turismo é preponderante para que tenhamos maiores possibilidades de “intervenções”. Porém, ainda que o turismo seja o mais “ideal” no que se refere à aplicabilidade das diretrizes sustentáveis, é sempre crucial ter em mente que muitas coisas fogem ao seu controle justamente porque esse opera em consonância com os preceitos do sistema capitalista, que é sempre instável.

O turismo define as suas próprias regras e traz a fantasia e o sonho a uma realidade de valores contraditórios, em uma sociedade globalizada. Mas o fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, e o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento (IRVING, 2008, p. 108).

O turismo não define as suas próprias regras, pois ele opera segundo as leis de mercado e, por conseguinte, os seus desdobramentos acompanham a “evolução” e as reconfigurações do capital. Outra questão colocada por Irving se refere à internalização da variável local e das identidades envolvidas como elemento central de planejamento, o que demonstra novamente que essa concepção permanece no viés idealista, visto desconsiderar totalmente os interesses classistas. Sabe-se que as comunidades locais são geralmente utilizadas no turismo como mão de obra barata, isso quando não sofrem algum tipo de

segregação. A realidade do turismo é que os grandes protagonistas e elementos centrais são aqueles grupos que detêm o poder de intervir na realidade ao seu bel prazer, uma vez que eles têm poder político e econômico, sendo, portanto, capazes de manipular vários segmentos em prol de seus interesses.

Outra questão necessária a ser abordada acerca do turismo se refere ao segmento do turismo de base comunitária e ao seu significado no contexto do qual faz parte. Por não ser estanque em decorrência das contradições do sistema capitalista, a atividade turística pode se ressignificar ao longo do tempo. Logo, no que diz respeito ao desenvolvimento desse tipo de turismo, Irving (2008, p. 111) aponta que ele

[...] só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino [...].

Essa concepção se mostra reducionista e idealista pelo fato de desconsiderar a materialidade das relações de produção da vida social; afinal, vivemos em uma sociedade de classes, com interesses divergentes. Torna-se, então, inviável considerar que todos são protagonistas nesse segmento, em que diversas vezes os trabalhadores assalariados do turismo são “objetos” de manipulação desse processo, já que se encontram sob o jugo dos capitalistas, na condição de mão de obra frequentemente explorada em benefício da autoexpansão do capital.

Pode se observar, ainda, que o turismo é tido pelo senso comum (e até mesmo por muitos observadores da área) como setor que gera poucos conflitos. No entanto, considerando que trata-se de um conjunto de atividades que concretizam e/ou promovem o trabalho produtivo para o capital, diversos são os seus desdobramentos contraditórios. Na atualidade, um exemplo disso pode ser visto na regiões litorâneas dos estados do Nordeste. Andrade (2019) relata, na edição de novembro do jornal Panrotas, que o derramamento de óleo nas praias nordestinas levaram à queda no lazer e a CVC revelou que precisou mexer nos preços dos produtos, especialmente na venda de pacotes, além dos prejuízos provenientes desse acontecimento.

Segundo aponta a Gazeta O Globo, a origem desse derramamento foi investigada a partir de um estudo do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites

(Lapis), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Contatou-se que esse fato ocorreu “abaixo da superfície do mar, então se cogita a possibilidade da poluição ter sido causada por um grande vazamento em minas de petróleo ou, pela sua localização, pode ter ocorrido até mesmo na região do Pré-Sal” (GOMES, 2019 apud BARBOSA, 2019).

Caso tal constatação seja um fato concreto, é possível verificar que interesses do capital ligados ao campo petrolífero conflitam com as perspectivas do capital atreladas ao setor de serviços (como a CVC), bem como ao conjunto das atividades produtivas e improdutivas do turismo: a exploração de combustíveis fósseis em grandes profundidades a partir do referencial de alto lucro e mínimo custo impacta diretamente outra atividade essencial à dinâmica do capital, o que pode exacerbar também os embates entre diferentes facções do capital.

Além disso, verifica-se que as empresas de mídia brasileiras hegemônicas têm tentado esconder a real causa do acontecimento apontando que foi um derramamento accidental ou proposital de óleo a partir de um navio. Entretanto, Barbosa, pesquisador da Ufal, adverte que o vazamento está abaixo da superfície do mar, portanto, esse acontecimento pode ter se originado a partir do vazamento de algum poço de exploração de petróleo, ou seja, consequência de perfuração. É necessário salientar que não somente as empresas de mídia, mas o próprio Estado tem operado a favor desse discurso com o intuito de ocultar mais uma tragédia originada pela dinâmicas produtiva e reprodutiva do capital, a qual significa: menos capital variável; economia em capital fixo – no desenvolvimento e uso de aparato produtivo e tecnologia –; exacerbação do valor a mais.

Após as análises de teorias preconizadas no ramo do turismo, constatou-se que muitos desses discursos são postos de modo aparente (perspectiva idealista). Em sua maioria, eles não demonstram o efetivo conhecimento sobre o objeto, portanto, são somente abstrações sem sentido real que se mantêm em sua fragilidade, pois não faz a análise das estruturas que permeiam os espaços turísticos e as relações sociais que o conformam. Destarte, os indivíduos absorvem o conhecimento a partir de uma base tão somente empírica, entretanto não possuem real conhecimento sobre o fato, e por isso, enfatizam as representações em detrimento da análise da realidade prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa análise buscamos desmistificar o conceito de sustentabilidade, apontando as mediações ideológicas que o posicionam como ideia dominante de ocultamento à realidade da sociedade de classes. A relevância desse trabalho se deu não somente no sentido de lançar luz em um tema costumeiramente repetido e propagado de forma desconexa, mas para teorizar certas práticas reais das relações socioprodutivas contemporâneas. Foi possível evidenciar que qualquer reflexão feita à parte da economia política atual se configura como uma inversão de ideologia do mundo real.

Deste modo, tanto a teoria como a prática da sustentabilidade no sistema capitalista, assim como no campo de estudos do turismo tem uma sustentação teórica frágil, uma vez que busca atender aos interesses classistas. O fato é que o chamado “desenvolvimento sustentável” – valendo-se da utilização dessa terminologia voltada para produtos/serviços “ecologicamente corretos” - passou a ser um conceito utilizado pelo próprio capital para garantir seus processos reprodutivos. Entretanto, cabe destacar que essa dinâmica não rompeu com as relações de produção do sistema vigente.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar na teoria e na prática o discurso da sustentabilidade, além de tecer reflexões acerca disso no campo de estudos do turismo. Demonstra-se que as teorias sustentáveis são meras abstrações frente ao modo de produção da vida social dominante (capitalismo), uma vez que foi possível se desmistificar tais discursos.

Foi possível identificar que o discurso sustentável se transformou em uma peça chave que corrobora com a manutenção e reprodução do sistema vigente, pois em momento algum no decorrer das discussões, se fala sobre os interesses de classes, seus antagonismos, a busca por lucros exacerbados, a exploração e intensificação do trabalho etc. O que se identifica são discursos fragmentados, que se estendem ao mercado e ao campo de estudos do turismo quando se considera um desenvolvimento de modo a valorizar a população local, e ainda suscita em considerar a existência de mais igualdade e harmonia nas relações entre natureza, turistas e autóctones etc.

Cabe ressaltar que somente a força de vontade pela busca de uma atividade (turística) mais sustentável não muda o fato de que o cerne do capitalismo se encontra na exploração e intensificação do trabalho para gerar mais-valor e lucros aliados à ampliação das taxas de realização, ou seja, um sistema que promove concentração num polo e miserabilidade em outro a partir da mercantilização de tudo. É inegável considerar que a atividade turística se

desenvolve em consonância com a lógica mercadológica uma vez que ela também gera mais valor, e ademais sofre influências diretas das tomadas de decisões das instâncias políticas e econômicas.

Traçamos como objetivo específico o levantamento do conceito de sustentabilidade a partir de autores e documentos diversos, o que foi efetivado com o estudo da Comissão de Brundtland (1987), e de autores como Gomes (2014); Nascimento (2012); Sachs (1993), dentre outros. Ademais no campo de estudo do turismo esses conceitos foram estruturados por autores, tais como: Dias (2003); Irving (2008); Zaoual (2008) etc.

O segundo objetivo específico era analisar esses conceitos a partir da forma de produção material da vida social dominante, e foi atendido devido a utilização de autores que contribuíram para desmistificar essas teorias, tais como: Althusser (1992); Marx & Engels (1989); Mészáros (2002), Netto & Braz (2009), dentre outros.

Já o terceiro objetivo específico era refletir acerca de conceitos preconizados no campo de estudos do turismo levando em consideração a forma de produção material da vida social dominante, e foi atendido através dos autores Dias (2003); Irving (2008); Zaoual (2008) etc. Além disso, as reflexões e embates foram feitos a partir da utilização de preceitos práticos expostos na literatura.

A pesquisa partiu do seguinte questionamento: é possível mesmo existir desenvolvimento sustentável quando se tem uma lógica mercadológica voltada para a obtenção exacerbada de lucros em todas as dimensões? Demonstramos por meio de uma reflexão contextualizada que, no sistema do capital, o termo sustentabilidade restringe-se a uma teoria desprovida de prática, uma vez que a dimensão social real está apartada do conceito, deste modo, esse questionamento foi refutado.

Não há como se alcançar equilíbrio e/ou harmonia entre homem e natureza, ou até mesmo valorização de todos os protagonistas sociais dentro de um sistema inerentemente predatório (onde impera a lei do valor, do capital ou relação objeto). E além disso, o sistema capitalista não busca estabelecer igualdade entre as classes, mas é inerentemente o local de lutas entre elas e, suscita somente em intensificar os desequilíbrios para alcançar seus próprios interesses.

Ademais, segue um caminho oposto à democracia, sendo o Estado um dos principais mecanismos de controle, responsável por respaldar e resguardar a reprodução do capital, portanto, é uma estrutura que opera com limites jurídicos e políticos com o objetivo de atender aos seus próprios interesses e das oligarquias financeiras.

O capitalismo amplifica as desigualdades, tendo em seu cerne a produção socializada e apropriação dos lucros de maneira privada, de modo que quanto maior o excedente, melhor. Essa lógica expansiva do capital absorve e destrói tudo que estiver contra seus preceitos, seja através da eliminação de regulamentações, precarização do trabalho, desemprego estrutural, condições degradantes nos empregos através da intensificação do trabalho, sucateamento da educação, da saúde etc.

Como isso ocorre também no campo de estudos do turismo? O turismo segue a lógica mercadológica, portanto a atividade está voltada para simular as mesmas abstrações e fragilidades no que se refere ao desenvolvimento sustentável, desconsiderando completamente as relações de produção do trabalho, as disputas entre classes, as desigualdades e explorações feitas para se expandir o excedente e consequentemente sua lucratividade.

O que se tem é que a atividade turística segue a lógica do capital em vários sentidos. Se observa nesse trabalho exemplos que se voltam para a mercantilização e privatização que acontecem dentro da atividade de modo que tudo se volta para atender aos interesses específicos de determinadas classes. Portanto, os discursos são postos de modo aparente (perspectiva idealista). E além disso, os indivíduos absorvem o conhecimento a partir de uma base tão somente empírica, entretanto não possuem real conhecimento sobre o fato, e por isso, enfatizam as representações em detrimento da análise da realidade prática.

Considera-se que ao utilizar o método da dialética do materialismo histórico, foi possível tecer abordagens mais críticas acerca da sustentabilidade no sistema capitalista e seus desdobramentos no campo de estudos do turismo. No que tange ao Turismo, foi possível analisar os fatos reais a partir da perspectiva da totalidade (parcela contraditória), além de se entender um pouco melhor os limites deste fenômeno nos marcos do sistema vigente.

Finalizando, a sugestão para a realização de um trabalho futuro envolve pesquisar acerca da existência de “possibilidades”, assim como de limitações acerca do discurso da sustentabilidade tendo como base possíveis empresas turísticas que se encontram inscritas no Instituto Ethos. Qualquer empresa atrelada a esse Instituto possui em sua concepção ações “socialmente responsáveis”, entretanto é sempre necessário compreender acerca dos desdobramentos da ideologia sustentabilidade levando em consideração o modo de produção da vida social dominante.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Introdução crítica de J. A. Guilhaon Albuquerque. Tradução de Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 127 p.
- ANDRADE, A. L. **CVC Corp chega a R\$ 12,6 bi em vendas, mas perde com Avianca Brasil**. PANROT45, 2019. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/11/cvc-corp-chega-a-r-126-bi-em-vendas-mas-ainda-perde-com-avianca_169048.html. Acesso em: dez. 2019.
- BRUNDTLAN, C. **World Comission on Environment and Development: Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987. 383 p.
- CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S.M.; ARNDT, J. R. L. Racionalidade e mitos no contexto do turismo, sustentabilidade e meio ambiente. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S.M.; ARNDT, J. R. L. (org.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**: contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 327 p.
- COSTA LIMA, G. D. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, vol. 6, n. 2, jul.-dez. 2003, pp. 99-119. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31760207>. Acesso em: jul./ago. 2019.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. 296 p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- GOMES, C. **Estratégia de desenvolvimento capitalista, economia verde e garantia de sustentabilidade**. Dissertação (Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2689/1/Claudino%20Gomes.pdf>. Acesso em: ago. 2019.
- GOMES, T. **Laboratório da Ufal detecta imagem que pode explicar origem de óleo no nordeste**: pesquisadores perceberam que nas proximidades da grande mancha há exploração intensa de petróleo. *Gazeta O Globo*, 2019. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2019/10/laboratorio-da-ufal-detecta-imagem-que-pode-explicar-origem-de-oleo-no-nordeste_89329.php. Acesso em: dez. 2019.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é preciso? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/44-turismo-de-base-comunitaria.html>. Acesso em: ago./nov. 2019.
- LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 181 p.

MACHADO, L. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo**. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/pdf/224.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 138 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102 p.

NASCIMENTO, E. P. D. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012, pp. 51-64. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>. Acesso em: jul./ago. 2019.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 257 p.

OLIVEIRA, E. D. Economia verde, economia ecológica e economia ambiental: uma revisão. **Revista meio ambiente e sustentabilidade**, Curitiba, v. 13, n. 6, 2017. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/751>. Acesso em: jul./ago. 2019.

PEREIRA, J. V. I. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objectivo comum. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. 14, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/egg/v14n1/v14n1a08.pdf>. Acesso em: jul./ago. 2019.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Fundap, 1993. 103 p.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento do turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/44-turismo-de-base-comunitaria.html>. Acesso em: ago./nov. 2019.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EdUnisSC, 2000. 462 p.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/44-turismo-de-base-comunitaria.html>. Acesso em: ago./nov. 2019.